



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

MARÍLIA COSTA DOS SANTOS

CULTURA DE PAZ E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: AÇÕES DA *TERRE DES*
***HOMMES* NA ESCOLA SANTO AMARO**

FORTALEZA

2016

MARÍLIA COSTA DOS SANTOS

CULTURA DE PAZ E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: AÇÕES DA *TERRE DES HOMMES* NA ESCOLA SANTO AMARO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção de título de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kelma Socorro Lopes de Matos.

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S236c Santos, Marília Costa dos.
Cultura de Paz e Mediação de Conflitos : Ações da Terre des Hommes na Escola Santo Amaro / Marília Costa dos Santos. – 2016.
65 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação,
Curso de Pedagogia
, Fortaleza, 2016.
Orientação: Profa. Dra. Kelma Socorro Lopes de Matos.

1. Cultura de Paz. 2. Mediação de conflitos. 3. Terre des Hommes . 4. Escola Santo Amaro. I. Título.
CDD 370

MARÍLIA COSTA DOS SANTOS

CULTURA DE PAZ E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: AÇÕES DA *TERRE DES HOMMES* NA ESCOLA SANTO AMARO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção de título de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kelma Socorro Lopes de Matos.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Kelma Socorro Lopes de Matos (orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Maria José Albuquerque Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Ms. Lívia Maria Duarte de Castro
Universidade Federal do Ceará (UFC)

*A meus pais, meus avós e amigos, pelo apoio,
companheirismo e amizade.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu amigo, meu protetor, meu alento em tempos difíceis, por estar sempre comigo, me fazendo vencer. Obrigada pela vida.

A meu pai Carlos Antônio por seu incentivo, cuidado, amor, companheirismo, esforço para me proporcionar um futuro melhor, por estar sempre comigo tomando para si meus sonhos e me impulsionando a alcançá-los. O sociólogo mais lindo do mundo.

À minha mãe por seu apoio determinante nesta vitória, pelo amor, pelas palavras que me estimulam a romper os obstáculos, por ser um instrumento de Deus na minha vida, essencial para que eu nunca parasse.

À minha irmã Carla por acreditar em mim, estar comigo todos os dias, me fazer acreditar que sou capaz, por seu exemplo diário de perseverança.

Aos meus irmãos Gabriel e Mateus que sentem tanto orgulho de ter uma irmã Pedagoga.

Aos meus avós alicerce na minha caminhada, por todo empenho e esforços empreendidos em meu favor.

À minha bisavó Maria Mendes, por todos ensinamentos e valores repassados, por seu carinho, por ser um alicerce no meu caminho, ainda que tenha partido desta vida, nunca esquecerei de tudo que vivemos, sei que estaria muito feliz por me ver alcançando os meus sonhos.

À minha gatinha Rajada que foi além de um animalzinho doméstico, mas uma companheira, estava comigo sempre, inclusive nas madrugadas de estudo, mesmo antes da faculdade, seus olhinhos adormeciam sob os meus livros.

Aos amigos e colegas, Glauênia Santos por ser uma surpresa maravilhosa em minha vida, por acreditar em mim e me dedicar tanto afeto, sei que estaremos sempre juntas para além da caminhada acadêmica, sua amizade me faz mais forte. Vitória Dayse por fazer minha jornada mais leve, com seu jeito de sorrir para a vida, por ser minha confidente e me apoiar sempre. André Luís com seus ouvidos sempre dispostos e suas palavras sempre amigas, por acreditar em mim e me apoiar. Alba, Ana Roberta (igreja), Carol Cunha, Gislayne Ribeiro, Luana Sampaio, Lúcia Cristina, Lucy, Tauane Gomes, Taisa Rocha por tudo que vivemos na universidade por tantos momentos de alegria, risadas e companheirismo. E aos demais colegas que contribuíram nesta jornada.

À Organização não governamental *Terre des hommes*, pelo apoio na realização desta pesquisa. À Renata, Pedagoga da instituição pela receptividade e entrevista cedida,

Carolina Rocha, advogada, pelos encaminhamentos e Ricardo Pedroza, diretor executivo pela disponibilidade e acessibilidade.

A Escola Santo Amaro, ao gestor Marcos Justino, à professora Socorro e ao aluno Mikael pelo empenho e disponibilidade em auxiliar na coleta de dados desta pesquisa, bem como Gabrieli membro da comunidade.

A Universidade Federal do Ceará e a Faculdade de Educação, todo corpo docente, coordenador(a), diretor(a) e funcionários.

A minha orientadora, Prof.^a Kelma Matos, pelo suporte na construção deste trabalho, pela dedicação em suas orientações, incentivo, momentos de aprendizado e companheirismo.

A prof.^a Maria José Albuquerque, pelas contribuições em minha formação, oportunidades, pelo incentivo, encorajamento e ser uma inspiração na minha caminhada.

A Livia Maria Duarte, por ter aceito o convite para participar da banca examinadora, pelas contribuições e disponibilidade.

RESUMO

Este trabalho trata da relevância da mediação de conflitos no contexto escolar, ressaltando o papel desempenhado pela Organização não governamental-ONG *Terres des hommes* na implementação desta técnica em espaços escolares da rede pública de ensino, bem como suas ações na escola Santo Amaro, localizada no bairro Bom Jardim, na cidade de Fortaleza. O objetivo é apresentar um novo olhar sobre a natureza do conflito, ressaltando a educação para a paz, que tem em seus componentes a educação para o conflito e a convivência, como caminho para a construção de uma cultura de paz na escola e fora dela, em que valores como a cooperação, a solidariedade, a justiça, a empatia e o diálogo são constantemente vivenciados por meio da resolução criativa e pacífica dos conflitos. Foram realizadas entrevistas e visitas *in loco* à sede da Ong *Terres des hommes*, bem como a Escola Santo Amaro, para que fossem ouvidas pessoas que estão inseridas no contexto. Participaram a Pedagoga, integrante da equipe *Terres des Hommes*, responsável pela implementação de práticas restaurativas nas escolas de Fortaleza, o diretor da escola Santo Amaro, a mediadora escolar e aluno que passou pela sala de mediação, a fim de obtermos subsídios para fundamentar a pesquisa. Como resultados principais ressaltamos uma mudança de conduta dos alunos frente aos conflitos manifestos na escola, desde que procuram a sala de mediação como subsídio e apoio na resolução destes, o número de registros no livro de ocorrência da escola envolvendo violência tem decrescido. Professores, funcionários e núcleo gestor trabalham na direção de uma escuta qualificada quanto ao aluno em situação de conflito, contando com a construção de círculos de diálogo nas salas de aula. Neste sentido tais ações têm efeito positivo na construção de uma cultura de paz na escola, refutando toda e qualquer situação de violência.

Palavras-chave: Mediação. Conflito. Cultura de paz. *Terre des hommes*. Escola Santo Amaro.

ABSTRACT

This work discourses about the relevance of conflict mediation in the school context, highlighting the role played by the non-governmental organization (NGO) Terres des hommes in the implementation of this technique in public school spaces, as well as its actions in the Santo Amaro school located in Bom Jardim neighborhood, in the city of Fortaleza. The objective is to present a new look at the nature of the conflict, highlighting education for peace, which has in its components the education for conflict and coexistence, as a way to build a culture of peace in and out of school, in which values such as cooperation, solidarity, justice, empathy and dialogue are constantly experienced through the creative and peaceful resolution of conflicts. Interviews and on-site visits were held at the headquarters of the Ong Terres des hommes, as well as the Santo Amaro School, to be heard by people who are inserted in the context. Participated the Pedagogue, a member of the Terres des Hommes team and responsible for the implementation of restorative practices in the schools of Fortaleza, the director of the Santo Amaro school, the school mediator and student who passed through the mediation room, in order to obtain subsidies to support the research . As main results we highlight a change of behavior of the students in the face of the conflicts manifested in the school, since they look after the mediation room as subsidy and support in resolving them and the number of records in the school's occurrence book involving violence that has declined. Teachers, staff and core managers work towards a qualified listening for students in conflict situations, with the construction of dialogue circles in classrooms. In this sense, such actions have a positive effect on building a culture of peace at school, refuting every situation of violence.

Keywords: Mediation. Conflict. Culture of Peace. *Terre des hommes*. Santo Amaro School.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 EDUCAÇÃO E CULTURA DE PAZ.....	11
1.1 Discutindo os conceitos de violência, Paz e Conflito	12
1.2 Educação para a paz – contexto histórico e definição.....	16
1.3 Cultura de paz, compromisso com valores humanos e respeito à vida	20
1.4 O bullying na Escola e a importância da cultura de paz na resolução de conflitos	21
2 MEDIAÇÃO: PRÁTICA DE CULTURA DE PAZ	26
2.1 Mediação de conflitos - aspectos gerais	27
2.2 Mediação de conflitos no Brasil.....	30
2.3 Breve histórico da mediação escolar no mundo e no Brasil.....	35
2.4 Mediação escolar: novo olhar sobre o conflito	40
3 TERRE DES HOMMES: AÇÕES DE MEDIAÇÃO NA ESCOLA SANTO AMARO	42
3.1 TERRES DES HOMMES	43
3.2 A escola Santo Amaro - histórico, comunidade e mediação.....	49
3.2.1 Breve Histórico da Escola Santo Amaro e do Bairro Bom Jardim.....	50
3.2.2 Experiência exitosa com Mediação na Escola Santo Amaro.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS.....	60

INTRODUÇÃO

A cultura brasileira está inserida em um contexto onde vem se construindo relações de individualismo e indiferença, seja pela veiculação constante de acontecimentos pelos meios de comunicações, seja por situações vividas em particular, o medo e a insegurança são sentimentos que cercam a sociedade, permeando na dinâmica coletiva.

As instituições sociais se comunicam diretamente com a sociedade e com o que ela produz, não distante disso a violência tem adentrado tais ambiências gerando desconforto aos que compõem diferentes espaços de convivência.

Instituições como a Escola tem sido palco para o desvelamento de relações sociais em que a violência tem afetado e causado danos ao bem-estar dos educandos, o chamado *bullying* – termo de origem inglesa, que denomina sucessivas agressões intencionais de um indivíduo ou grupo destinado a uma pessoa ou grupo com fim de maltratar, causar sofrimento, é um tipo de violência bem recorrente neste meio (SILVA, 2010).

De modo que crianças e adolescentes não encontrem no contexto escolar um ambiente violador dos seus direitos, que segundo o Estatuto da criança e do adolescente - ECA (1990) , em destaque os Artigos 17 e 18, envolve a inviolabilidade da integridade física, psíquica, e moral da criança e do adolescente, enfatiza também que é dever de todos zelar pela dignidade dos mesmos, impedindo que se exponham à situações constrangedoras, vexatórias, violentas e aterrorizantes, é necessário constituir alternativas para a garantia destas leis. A partir daí surge o seguinte questionamento: Como prevenir a violência na Escola? Quais a(s) melhor(es) alternativa(s) para lidar com tal problemática?

Diante de tal conjuntura e questionamentos, torna-se essencial que as práticas sociais sejam revistas e, conseqüentemente, embasadas em um novo modo de se relacionar com o próximo e com o mundo, ou seja empreender esforços na construção de uma cultura pautada em valores, como a solidariedade, cooperação, respeito direcionados à preservação dos direitos humanos, justiça social, democracia e desenvolvimento, ou seja uma Cultura de Paz.

Consoante a um cultura de paz, a educação em valores ou seja a Educação para paz - processo contínuo e permanente que por meio de ações pedagógicas problematizadoras, convida os educandos à uma formação social crítica, e conseqüente postura ativa diante do contexto vivenciado, deságua na elaboração de uma cultura de paz (JARES, 2007).

A educação para paz pauta-se em conceitos como paz e conflito positivos. Os mesmos, respectivamente, fogem da concepção tradicional e redutora predominante, como

paz sinônimo de não-guerra, e conflito como patológico, e algo a ser exterminado, mas uma nova concepção de paz surge como sinônimo de superação de realidades perversas, no campo estrutural(injustiça social) bem como em razões culturais (racismo, etnocentrismo, elitismo) e direta (homicídio, estupro, roubo); já o conflito é concebido como natural, indispensável e constante na conduta humana, devendo ser tratado e regulado de modo pacífico JARES, 2002; GALTUNG, 1990).

No contexto de prevenção da violência escolar a mediação, instrumento de resolução de conflitos pautada na não-violência, é uma alternativa firmada na elaboração de uma cultura de paz, que tem proporcionado ao meio escolar, com base em experiências rescendentes, uma nova configuração da resolução dos conflitos, desta forma se apresentando como potencial redutor da violência neste meio

A mediação de conflitos é uma técnica não adversarial, em que é fomentado o diálogo, a empatia e a cooperação entre os participantes de resolução de conflitos, centrada na imprescindível figura do mediador, este o qual estimula o entendimento entre as partes e a solução de controvérsias de modo pacífico e justo. No cenário brasileiro aparece desde meados de 1990 como elemento alternativo à elucidação de litígios no âmbito judicial, e após adaptações, também em ambiente escolar. (CALMON, 2007)

Em fortaleza a Organização não-governamental, de origem Suíça, chamada *Terre des hommes* empenha-se na implementação da mediação escolar como forma de prevenção da violência urbana juvenil em instituições públicas de ensino; os projetos se efetivam contando com a parceria entre Secretarias de Educação, Ministério Público e comunidade, algo fundamental para sua concretização. Cerca de 5 escolas em bairros da capital cearense, considerados de risco, foram contempladas.

Sabendo da importância da mediação na resolução de conflitos, seria esta um caminho para prevenção da violência na escola? Esta pesquisa buscou analisar desde o processo de implementação da mediação nas escolas, destacar relatos de experiência com mediação de conflitos em escola pública, até acentuar a relevância da mediação escolar na construção de uma cultura de paz. O objetivo é apresentar um novo olhar sobre a natureza do conflito, ressaltando a educação para paz, que tem em seus componentes a educação para o conflito e a convivência, como caminho para a construção de uma cultura de paz na escola e fora dela.

Como falado anteriormente, a escola é um local de interação social, composta por diversos atores, plurais em suas formas de pensar, agir e se relacionar, mas que em contrapartida tem envolvido uma problemática recorrente, ou seja, manifestações de cunho

violento enfatizada entre os estudantes, que tem causado danos às relações intra e interpessoais.

A fim de impulsionar um ambiente de paz, onde crianças e adolescentes se sintam protegidas e seguras, a relevância desta pesquisa se assenta na apresentação de alternativas para regulação de conflitos de forma pacífica e criativa, no intuito de melhorar a natureza das relações sociais na escola, promover a elaboração crítica e construtiva de uma cultura de paz, dentro e fora da instituição.

A metodologia deste trabalho é de cunho qualitativo e foi desenvolvida com base em pesquisa de campo, onde foram realizadas visitas às instituições *Terre des hommes* (responsável pela implantação da mediação escolar) bem como à Escola Estadual de Ensino fundamental e médio Santo Amaro (uma das 5 escolas contempladas com a mediação no Ceará)

Na Ong TDH a técnica de coleta de dados deu-se por meio de entrevistas, cedidas por componentes das instituições ditas anteriormente, em que foi ouvida a pedagoga (referência na área de *bullying* escolar e relações de gênero), uma das responsáveis por formações e implementação da técnica de resolução de conflitos em escolas da capital cearense.

Na Escola Santo Amaro foram ouvidos o diretor da instituição, a professora responsável pela mediação na escola, bem como um aluno que já passou pela sala de mediação e conseguiu resolver divergências por meio da técnica.

Esta pesquisa fundamenta-se nos pensamentos de Jares, Galtung (1990), Bauman (2004), Almeida (2009), Vezzula (2005), Silva (2010), Freire (1986) e outros, que com suas contribuições por meio de estudos e pesquisas deram sustentação à abordagem realizada no desenvolvimento deste trabalho, assim como formaram uma ponte de comunicação entre o tema abordado e a prática enfatizada.

O trabalho encontra-se estruturado em 3 capítulos. O primeiro aborda a relação da educação com a construção de uma cultura de paz, bem como traz reflexões sobre os conceitos de violência, paz e conflito. O segundo apresenta a definição de mediação, seus aspectos gerais, o histórico no Brasil e no mundo, e ainda faz um traçado contextual. E o último apresenta a instituição *Terre des hommes*, sua incidência e atuação frente a implementação da mediação escolar em instituições escolares de Fortaleza, em destaque a experiência da Escola Estadual Santo Amaro.

1 EDUCAÇÃO E CULTURA DE PAZ

Este capítulo tem por finalidade apresentar a Educação para a paz sob diferentes aspectos, perfilados entre marcos históricos e fundantes, aporte conceitual, componentes teóricos e sua importância na prática escolar, sem deixar de fornecer subsídios para a compreensão da Cultura de Paz, e no fim ressaltar a importância desta como resolução de conflitos na escola, e prevenção de violências, como o *Bullying*.

As relações humanas são tecidas diariamente, permeadas por fatores sociais, culturais, ideológicos, políticos e econômicos; inseridas no cenário social e imbuídas por influências externas. Estas se desenvolvem de acordo com os estímulos oferecidos pelo meio, como exemplo, o ativismo e a competitividade, típicos da modernidade, são fatores que desenham os tipos de relacionamentos expressos. Vale ainda ressaltar que aos relacionamentos interpessoais se destacam nestes tempos por sua efemeridade, superficialidade e fragilidade, gerando menos fluidez na convivência humana (BAUMAN, 2004).

Valores parecem estar se perdendo no cotidiano, como o diálogo, a cooperação, a solidariedade, a empatia, desorganizados em uma conjuntura onde falta espaço para a conversa, o entendimento, o contato com os semelhantes, a compreensão de realidades, o afeto entre os pares, enfim, um ambiente de paz.

Compreendemos que a educação permeia as mais elementares ações, envolvendo situações informais ou cotidianas até as mais complexas, entrelaçadas em situações formativas de natureza social, humana e pedagógica.

Sabendo disso, é relevante enfocarmos a necessidade de educar para a paz, logo a escola como espaço de intervenções e relações humanas aparece como campo propício para a elaboração de experiências formativas.

Na tentativa de resgatar valores, construir um meio pacífico de resolução de conflitos, criticidade para compreender a conjuntura social e agir sobre a mesma, a Educação para a paz aparece nesse contexto como uma alternativa de incidir, elaborar e fomentar no meio educacional composições sobre novos conceitos como paz, conflito e desenvolvimento.

Em conformidade, ao acentuar que a Cultura de paz tem cunho atitudinal e formativo, as ações educativas se evidenciam socialmente como meio de propagação de valores, com o objetivo de desenvolver relações interpessoais no sentido de construir uma Cultura de paz (JARES, 2002).

1.1 Discutindo os conceitos de Violência, Paz e Conflito

Galtung (1990) indica que para se compreender o conceito de paz é necessário entender o que significa a violência, diante disso será realizado um apanhado sobre tal fenômeno para que adiante se entrelace com o conceito de paz.

A definição de violência é um ponto de partida para entender como este fenômeno social se desvela. Está caracterizada tradicionalmente sob a seguinte ideia, exposta por Leivas

Por violência compreendemos o ato intencional executado por uma pessoa ou grupo (agente da violência) com objetivo de causar dano, prejuízo, ou sofrimento a uma outra pessoa ou grupo (vítima da violência) contra sua vontade, utilizando como instrumento a força física, coerção, e assim por diante. (2014, p. 25)

Universalmente a violência se perpetua por diferentes culturas e povos, todo um contexto social condicionado sob tal aspecto, longe de uma visão fatalista, tal afirmação demonstra uma configuração real e histórica da sociedade mundial e brasileira, que por muitos séculos assenta-se em conjunturas permeadas por atos hostis.

Assim se concretizou a cultura brasileira, desde a colonização com os portugueses e seus atos violentos de subjugação e exploração, até os dias atuais com inúmeros casos de homicídios, roubos, furtos.

É pertinente, ainda frisar que um dos maiores atos de desrespeito aos direitos fundamentais do ser humano, como a liberdade, dignidade e respeito, estabelecido na Declaração Universal de 1948, a escravização dos povos nativos e africanos, aqui no Brasil soa até hoje como atos violentos sob o aspecto de uma cultura de intolerância e discriminação, preconceito racial e étnico, que por vezes deságuam em sofrimento físico.

Diante das referidas circunstâncias, entre outras pode-se entender que a cultura de violência permeia o tecido social brasileiro, abrangendo não somente as questões étnico, raciais, mas também outros aspectos históricos como a desigualdade de gênero, a dominação da elite sobre as classes populares, o machismo, entre outras.

A fim de qualificar melhor tais afirmações, será ancorada na compreensão de Johan Galtung¹ o aspecto da violência organizada sob a forma triangular, ou seja, a violência direta- violência estrutural – violência cultural, que a princípio vai além da concepção tradicional, pois engloba outros processos desencadeadores de violência, pontua o aspecto

¹ O norueguês Johan Galtung (nasceu em 1930) é sociólogo, matemático e um dos principais fundadores da área de estudos de paz e conflitos nas Relações Internacionais. Ele desenvolveu e influenciou diversas teorias, tais quais a distinção entre paz positiva e negativa, violência estrutural, teorias de conflitos e resoluções de conflitos, o conceito de *peacebuilding*, a teoria estrutural do imperialismo e a teoria dos EUA simultaneamente como uma república e um império. Disponível em: <seer.fclar.unesp.br/cadernos/article/download/7661/5530> Acesso em 20/11/2016.

físico, mas também envolve uma dimensão social maior.

Aspectos visíveis como agressão física, verbal, ofensas, em que há um contato mais próximo entre agressor e vítima, estão qualificados na violência direta, a estrutural se apresenta sob o aspecto das estruturas sociais, expostas com a propagação da injustiça social, e conseqüente coerção e exploração de uma camada menos favorecida da sociedade, e a última a violência cultural constitui-se de afrontas inflamadas direcionadas à características culturais, políticas e religiosas de uma comunidade (GALTUNG, 1990).

A violência é um fenômeno social que, como visto, pode se expressar de diferentes maneiras, seja em aspectos mais visíveis como a violência direta, ou por meios simbólicos como as violências culturais e estruturais, menos visíveis ou seja

A violência pode começar em qualquer vértice do triângulo de violência direta-estrutural-cultural e ser facilmente transmitida para os outros vértices. Com a estrutura violenta institucionalizada e a cultura violenta internalizada, a violência direta também tende a se tornar institucionalizada, repetitiva, ritualística, como uma vingança (GALTUNG, 1990, p. 302)

Pelo fato da violência direta estar no campo das ações visíveis, posto que fere a integridade do ser humano, de modo público e perceptível, esta pode ser entendida como exteriorizadora das outras duas relações de violência, ou seja a cultural e estrutural. Contudo, se for conferido *status* de somatização da violência sobre as ações diretas, logo será negado que entre qualquer tipo de violência (dos vértices do triângulo de violência) pode se originar o “epicentro” das relações hostis podendo se alastrar pelos outros dois tipos e contagiar as estruturas sociais.

Diante de tal conjuntura, surge o questionamento: como a Paz pode ser construída em um contexto de violências? Em relevância ao proposto por Galtung, um seja o triângulo da violência, Jares confere que “ a paz deve constituir-se na cultura e na estrutura, não apenas na mente humana pois o triângulo da violência tem círculos viciosos integrados.” (2002, p. 126).

Popularmente a paz pode ser entendida como tranquilidade, calma, quietude, contudo esta visão sugere um direcionamento interno, mas o autor relaciona que a paz ultrapassa os sentimentos internos, reforçando que esta deve ser vivenciada. Logo se a violência está concretizada sob as estruturas e permeia as instituições sociais, então para que se possa superar uma cultura de violência, a inserção de atitudes que subsidiem a formação de um novo comportamento social são fundamentais.

Para efeitos de entendimento e reflexão, serão trazidos conceitos de paz e conflito, segundo a visão tradicional e a oriunda da Pesquisa para paz, essenciais para a estruturação da Educação para a paz. Segundo o Dicionário *on line* da língua Portuguesa

Michaelis o significado de paz é exposto como

1. Situação em que não há guerra nem enfrentamento entre dois ou mais países; ausência de luta ou conflito dentro de um país ou de um Estado com outro. 2. Tratado que mantém ou restabelece esse estado. 3. Suspensão das hostilidades entre beligerantes mediante a celebração de tratado; armistício, trégua. 4. Tranquilidade e ausência de conflito entre as pessoas; calma, equilíbrio, serenidade, 5. Ausência de conflitos ou inquietações pessoais; tranquilidade da alma. (2015).

O conceito tradicional de Paz passeia na definição acima mencionada, oriunda dos romanos, está estabelecida como ausência de conflito, não-guerra, e o provimento para a manutenção da ordem social. Vale ressaltar que o conceito de conflito também é trazido como algo não desejável e devastador (JARES, 2002).

O surgimento da disciplina denominada Pesquisa para paz, em 1960, foi um marco propulsor para a reformulação conceitual de Paz e desenvolvimento da teoria Gandhiana de conflito. (JARES, 2007)

As ideias de Galtung, como dito anteriormente, foi essencial neste processo de reformulação conceitual, com a divulgação de um conceito positivo de paz em publicação do Journal of peace Research pelo International Peace Research Institute² (PRIO) em 1964, como esclarecimento segue um trecho de suas palavras.

Há muitas fronteiras separando a humanidade, criando diferentes graus de integração e complacência no uso da violência. Somente algumas dessas fronteiras são fronteiras nacionais. Usar o fenômeno transitório conhecido como Estado-Nação como único critério para definir uma disciplina de pesquisa é, ao mesmo tempo, etnocêntrica e estrategicamente míope. (GALTUNG, 1964, p. 2)

No início deste capítulo, foi mencionado que não se pode falar de Paz sem fazer um contraponto com a violência, posto que são antíteses, e para que se compreenda um fenômeno é necessário se engajar na percepção e descrição do outro. Tradicionalmente tem-se incorporado a ideia de que o contrário de paz é guerra, reduzindo um conceito tão amplo a apenas um de seus pilares, ou seja, a não-guerra, o que não é verdade.

A paz positiva reconhece o atendimento às necessidades humanas fundamentais como sustentáculo para a constituição de um ambiente de paz, indo além da inexistência de guerra, expande-se no intuito de enfatizar que a violência não se estabelece somente no campo direto, mas também se manifesta nas estruturas sociais podendo maltratar e causar sofrimento humano tanto quanto a primeira, ou seja não se pode falar de um ambiente de paz onde existe injustiça social, desrespeito aos direitos humanos, desigualdade ou cerceamento da liberdade (JARES, 2002).

² Fundado em 1959, o Instituto de investigação Internacional da Paz, Oslo (PRIO) é um instituto de investigação independente. Atua na promoção da paz com a resolução do conflito, o diálogo e a reconciliação. Disponível em <http://www.charity-charities.org/po/Noruega-daridades/Oslo-48165.html>.

Após romper com um conceito ultrapassado que pode ser manipulado politicamente, a paz necessariamente deve ser aliada de outros conceitos para se engendrar, ou seja, desenvolvimento, democracia e direitos humanos são elementos fundantes na construção de uma cultura onde haja paz.

O desenvolvimento de uma sociedade não pode ser medido via aumento da produtividade ou melhor por seu Produto interno Bruto-PIB, logo esta é uma visão economicista onde imperam variáveis quantitativas, excluindo desta forma o âmbito cultural, político e social.

Um país desenvolvido constitui em seu alicerce a dinâmica humana, em que haja liberdade e aparatos para que os indivíduos possam fazer suas escolhas, dando-lhes oportunidades. Os Direitos humanos também interligados com o desenvolvimento, frisam o respeito e a preservação à dignidade humana, que por sua vez como dito anteriormente, são conceitos que se complementam, não podendo deixar de mencionar a democracia como legitimadora dos avanços sociais, sob a égide da participação social, formação crítica, participação e cooperação ativa, entendimento e solidariedade (JARES, 2002.). É o que nesta direção o educador brasileiro Paulo Freire corrobora “A paz se cria e se constrói com a superação das realidades sociais perversas” (1986, p. 46).

Assim como a definição de Paz positiva é muitas vezes delimitada em formulações negativas (não-gerra) enquanto é um conceito positivo (conceito multidimensional), do mesmo modo é a concepção de conflito, negado a todo instante pela sociedade, mas na verdade é algo essencial ao desenvolvimento humano, fazendo-se presente corriqueiramente.

Um dos suportes conceituais, além da Paz positiva, preponderantes para a concepção da Educação para a paz com certeza é a teoria gandhiana do conflito, derivada das pesquisas para a paz, teoria crítica da educação e não-violência.

É muito comum utilizar a palavra conflito para determinar uma relação violenta, confundindo-se propriamente com violência, fruto de uma visão negativa e tradicional, tal concepção define o mesmo como sinônimo de desgraça, de má sorte, como algo patológico ou aberrante; conflito como disfunção; (...) situação a ser evitada ou pelo menos é algo não-desejável” (JARES, 2002. p. 132).

Seja em contexto escolar ou fora dele o ser humano sempre irá se deparar com situações conflituosas. Caracterizadas por divergências, dissensões, desacordos e incompatibilidade entre pessoas, grupos ou estruturas sociais. É preocupante quando a visão tradicional se arraiga pela cultura impedindo o conflito de ser visto como oportunidade de crescimento, desenvolvimento pessoal e organizacional.

Para que o conflito seja concebido de forma positiva devem ser primeiramente abordados os aspectos subjetivos e interpessoais, sua regulação deve ser dada de modo pacífico e criativo, mas para o estabelecimento dessa visão é preciso romper com conceitos, dito anteriormente, expressos por uma cultura de violência.

O conflito pode ser “corrompido” e manifestar-se negativo, sofrer desnaturalização do seu propósito, “Por isso, a postura a ser adotada ante um conflito não é ignorá-lo ou ocultá-lo, o que a longo prazo promove sua cristalização e dificulta sua resolução, mas confrontá-lo de forma positiva e não-violenta” (JARES, 2007. p. 37)

Sabendo que a compreensão da Educação para a Paz se dá sob as estruturas conceituais de Paz positiva e resolução de conflito criativa, neste primeiro tópico foi feita uma condensação de tais conceitos a fim de oferecer subsídios ao que será exposto a seguir, o contexto histórico da educação para a paz.

1.2 Educação para paz – contexto histórico e definição

A educação para a paz tem o objetivo de integrar à ação educativa conceitos, valores, princípios éticos e não-violentos, tanto em situações conflituosas como na conduta social, estimulado por uma pedagogia crítica e problematizadora, que oferte aparatos educativos para o desenvolvimento de uma nova cultura, ou seja uma cultura pautada na paz. (JARES, 2007).

Com apoio em Jares *ibidem* neste primeiro momento será apresentado o contexto histórico sob o qual se originou a educação para a paz, ou seja, os marcos propulsores desta nova forma de pensar e direcionar a educação.

Dividido em quatro legados, que se tornaram marcos substanciais no fortalecimento de uma educação preocupada com a inserção de valores humanos na formação dos educandos, respectivamente a Escola Nova, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-Unesco, a Pesquisa para a Paz e a Não-Violência, foram estruturas fundantes desta perspectiva educacional.

O primeiro marco advém com a Escola Nova, que aparece como movimento de Renovação pedagógica, surgido no final do século XIX, mas somente no século XX ganhou força, em contexto da Primeira Guerra Mundial acabou incorporando aos seus objetivos questões sociopolíticas, como a educação para a compreensão mundial que evite a guerra, faz crítica ao modelo tradicional de educação, fomentando em seus objetivos uma nova visão frente os embates mundiais, levando os educandos a entenderem a paz como caminho a ser seguido pelo ser humano. (JARES, 2007).

O segundo marco se dá com o surgimento da Organização das Nações Unidas - ONU em substituição à liga das nações, em 1945. Semelhante ao legado da Escola Nova, se origina também em contexto de guerra, ou seja, a Segunda guerra mundial, tem em sua agência especializada a Unesco, criada em 1946, pouco depois da criação da ONU, a importante contribuição para a paz e segurança mundial por meio da educação, ciência, cultura e comunicação.

A educação para paz da Unesco continua com as abordagens de compreensão internacional, mas agrega novos componentes como educação para os direitos humanos³ e logo depois a educação para o desarmamento (JARES, 2007).

O terceiro marco, ocorre com a criação da disciplina de Pesquisa para a Paz, surgiu em 1960 e trouxe o que antes já foi falado, ou seja, o conceito de Paz positiva em contrapartida a conceitos tradicionais, a paz como a não-guerra, e nessa mesma direção apresentou a reformulação do conceito de conflito com o desenvolvimento da teoria Gandhiana de conflito. A disciplina não só foi um sólido avanço no que concerne às pesquisas científicas, mas elaborou uma nova possibilidade do ser humano se relacionar com o seu ambiente e com seus semelhantes, visto que faz novas sínteses da leitura de mundo (JARES,2007).

Por último, o legado da Não-Violência parte de princípios amplos, não está pautada cronologicamente, ou seja, não tem uma data específica do seu surgimento; seus fundamentos são diretamente influenciados pela teoria do Conflito em Gandhi, parte de pressupostos como: o equilíbrio entre corpo, intelecto, sensibilidade e espírito, conflito indissociável à conduta humana e sua resolução pacífica. No campo da educação para a paz reforça a participação de todos no processo educativo, ou seja, a comunidade ao redor também deve ser envolvida neste processo, visto que a integração escola-comunidade é uma ponte na consolidação dos preceitos pedagógicos e sociais (JARES, 2007).

Como visto, historicamente a Educação para a Paz se constituiu sob a influência de determinados acontecimentos, que evocaram transformações em campos conceituais, práticos e atitudinais. A união destes legados, mencionados, deram suporte ao modelo crítico, conflituoso e não-violento da educação para a paz.

³ A educação em direitos Humanos tem seu início oficial com a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Aprovada em 1948 na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). O documento é a base da luta universal contra a opressão e a discriminação, defende a igualdade e a dignidade das pessoas e reconhece que os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser aplicados a cada cidadão do planeta. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-garante-igualdade-social>>>> acesso em 20/12/2016.

Então, a partir de agora, já se pode falar em Educação para paz como conceito, visto que foi feita uma contextualização histórica e os suportes conceituais que a sustentam esclarecidos.

Sua definição, está assentada sob as demais definições e formulam uma ideia pautada em ações concretas, que perpassam o contexto social dos indivíduos e segue como uma proposta de novo comportamento, e elaboração de um novo ambiente cultural. Passando a ser entendida como:

um processo educativo, contínuo e permanente fundamentado nos dois conceitos fundadores (concepção de paz positiva e perspectiva criativa do conflito), que, pela aplicação de métodos problematizantes, pretende desenvolver um novo tipo de cultura, a cultura de paz, que ajude as pessoas a entender criticamente a realidade, desigual, violenta, complexa e conflituosa, para poder ter uma atitude e uma ação diante dela. (JARES, 2007. P. 45, 1991, 1992)

A educação para a paz tem o objetivo de integrar à ação educativa conceitos, valores, princípios éticos e não-violentos, tanto em situações conflituosas, como na conduta social, estimulado por uma pedagogia crítica e problematizadora. Paulo Freire salienta a importância da educação problematizadora para a formação crítica, compreensiva e desalienante dos educandos posto que é um meio de aproximação destes com a realidade, com a cultura e contexto social, bem como uma formação crítica que produza conhecimento, questionamento e uma postura ativa diante da realidade. A educação problematizadora não está pautada apenas em um conhecimento estanque e redutor mas em uma dialética com o mundo por meio da reflexão e ação sobre o meio. Para Freire,

(...) a educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica num constante ato de desvelamento da realidade (...) Quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados. Tão mais desafiados, quanto mais obrigados a responder ao desafio. Desafiados, compreendem o desafio na própria ação de captá-lo. Mas, precisamente porque captam o desafio como um problema em suas conexões com outros, num plano de totalidade e não como algo petrificado, a compreensão resultante tende a tornar-se crescentemente crítica, por isto, cada vez mais desalienada. (FREIRE, 1987, p.40)

Os principais significados da Educação para paz se fundamentam em alguns pontos, envolvidos em princípios condizentes com a prática almejada. Serão indicados seus significados, presentes na obra de Jares (2007).

A educação para paz é um processo amplo, que nega a passividade, ou posturas inativas, mas pauta-se na reflexão-ação, bem como se fundamenta em valores que são preponderantes à uma Cultura de paz, como a solidariedade, a cooperação, o respeito e a justiça, concebidos por uma prática contínua e crítica, se revelando como parte de temas transversais recorrentes em todas as áreas do processo educativo.

Esses princípios são imprescindíveis para a construção de um ambiente favorável à cultura de paz, pois carregam em si substratos de cunho atitudinais, pedagógicos e social, bem como expressam a educação para paz à contemplar aspectos intrapessoais, como a solidariedade, a cooperação, a justiça, o compromisso entre outros valores.

Cientes de que a tais preceitos se dão por meio das práticas, é impossível engendrar tais processos assumindo posturas estáticas e passivas, de tranquilidade e não-ação e que certamente não impulsionam mudança de comportamentos, modos de pensar.

Em busca de atingir processos formativos pautados no trabalho sobre paz, a educação valorativa deve perpassar o currículo escolar, assumindo posições mais destacadas, como em temas transversais, com enfoque interdisciplinar para que assim, também tenham maior atenção por parte da comunidade escolar (JARES, 2002).

Com os princípios da educação para paz, existem determinados objetivos e conteúdos voltados à sua composição, provenientes do seu desenvolvimento histórico como a Escola Nova, a educação para a compreensão internacional e para os direitos humanos, sendo estes apenas alguns deles.

A seguir estão dispostos os objetivos principais de cada componente, com apoio em JARES (2007), para melhor visualização.

Educação para Compreensão Internacional: Pode-se afirmar que este é o primeiro componente da Educação para a paz, em consequência do abalo, político, social e econômico trazido pela primeira guerra mundial, este surgiu com o intuito de romper com a falta de interação internacional, bem como fomentar um olhar holístico sobre a diversidade social, política e étnica. O destaque intercultural deve ser corroborado, no sentido de romper com preconceitos, estereótipos e compor uma esfera abrangente de cooperação, mutualidade e fundamentação na paz positiva.

Educação para os Direitos Humanos: incorporada como componente da educação para a paz da Unesco, em 1948, em consonância com a publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, este componente tem em seus principais objetivos o conhecimento dos documentos em que se fundamentam os direitos fundamentais do ser humano, bem como fornecer uma abordagem crítica e contextual da situação mundial.

Educação Multicultural: tem os seus objetivos parecidos com os da educação para compreensão internacional, faz a crítica à preconceitos de ordem étnica, social, econômica, trazendo de forma teórica e contextual abordagens didáticas a respeito. Fundamenta-se na importância da solidariedade, valorização da diferença e do respeito mútuo.

Educação para o desarmamento: a importância deste componente no contexto mundial destaca-se no campo das divergências oriundas da região do Oriente Médio, todos os dias são veiculadas notícias de ataques terroristas pelo mundo, guerras constantes, bem como explosões de bombas, destruição e tortura, em um cenário de subjugação dos direitos e desenvolvimento humano. O que este componente vem a ressaltar é justamente uma visão crítica diante destes conflitos marcados pelo uso de armas e violência, ressaltando o desarmamento como maneira não-violenta de resolução de conflitos, ainda analisa o contexto da guerra e os seus efeitos para a humanidade.

Educação para o desenvolvimento: Inicialmente não estava configurado como componente da educação para a paz, contudo como seu conceito se entrelaça com os direitos humanos e paz positiva, não poderia separar-se dentro deste âmbito educativo. Pauta-se na criticidade e no entendimento dos fenômenos sociais marcantes, assim como o desenrolar da história dos países subdesenvolvidos, e a caracterização geopolítica destes; Tais ações se fundamentam no estímulo de atitudes solidárias.

Educação para o Conflito e a convivência: o conflito aparece como elemento fundante da educação para a paz, com o apoio da não-violência e paz positiva o conceito de conflito reaparece com enfoque "inovador", ultrapassando considerações redutoras, onde é visto como patologia, algo a ser evitado, para se apresentar como natural, e inevitável à condição humana. Na prática educativa são apresentadas técnicas de resolução de conflitos, que são apropriadas e praticadas pelos alunos, e a partir da vivência esclarecer que a não-violência é o melhor caminho para se regular as divergências.

Como visto, a Educação para a paz aclama os componentes aqui apresentados, seus objetivos ampliam o conceito, de que se trata de um processo educativo permanente e contínuo, permeado por uma construção pedagógica problematizadora em que os educandos por meio de uma formação crítica e desalienante se interligam ao contexto social ao seu redor e além dele, construindo uma nova cultura, ou seja, a Cultura de Paz. É o que discutiremos a seguir.

1.3 Cultura de Paz, compromisso com valores humanos e respeito à vida.

Viver a cultura de paz é empreender esforços atitudinais para sua concretude, amplas ações que permeiam a sociedade em geral, contempla ações direcionadas à estruturas micro e macrossociais. Não é conivente com propostas de dominação, discriminação e preconceito, é comprometida com valores como a solidariedade, a cooperação, a ética. Neste sentido Jares

(2007) contempla tais pontos, em uma de suas falas sobre cultura de paz, ao dizer que

Uma cultura de paz tem de recuperar para muitos cidadãos desenvolver para outros e cultivar para todos o valor do compromisso e da solidariedade. Em contraposição à uma cultura de indiferença, de desvalorização, de individualismo, de sucesso e enriquecimento pessoal a qualquer preço, uma cultura de paz assenta-se no compromisso social, na ternura dos povos, na solidariedade. Estes pilares têm um valor agregado: o de possibilitar a cada cidadão a aprendizagem do prazer de compartilhar, de cooperar, de ser solidário e feliz por isso. (...) o objetivo global pela paz implica ainda a rejeição à guerra e à todas as formas de violência direta, o desaparecimento das violências estruturais -como o racismo,o sexismo, a xenofobia - a luta contra a pobreza, a exclusão social e marginalização em qualquer lugar do planeta. (p.188)

Em consonância com os termos gerais que favorecem a disseminação de uma cultura de paz a ONU, atribuiu a concepção de Cultura de Paz como sendo esta um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados no respeito pleno à vida e na promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, propiciando o fomento da paz entre as pessoas, os grupos e as nações (ONU, 1999).

Transitar de uma cultura violenta para a de paz parece não ser tarefa fácil, devido o grau de transigência da violência, requerendo atitudes e comportamentos diferentes dos quais a maioria das pessoas está condicionada, ao adotarmos uma postura que vislumbra a ascensão da paz, aos poucos tal cultura vai se disseminando socialmente. A educação é um excelente meio para que isto passe a ser um compromisso de todos com uma nova concepção de paz (JARES,2002).

Ao trazer tais aspectos para nosso meio (cidade de Fortaleza-Ceará) focalizando empenhos em pesquisa, ações e atividades, teremos sem dúvidas o grupo de Pesquisa Cultura de Paz, Juventudes e Docentes da Universidade Federal do Ceará (UFC/CNPQ) como um dos maiores disseminadores de projetos educacionais direcionados à elaboração de posturas que visem uma comunicação mais eficiente, renovadora e que instiga a construção de uma cultura de paz , por meio de experiências positivas com cultura de paz em escolas da rede pública e outras instituições. O grupo existe há 8 anos e também promove oficinas de valores humanos, formações em cultura de paz para educadores, e diversas pesquisas em diferentes escolas de Fortaleza.

O próximo tópico abordará a necessidade do enfoque pacífico e positivo aos conflitos encontrados na escola como forma de prevenção à violência neste espaço, bem como a caracterização geral do *bullying* e a importância da comunicação não-violenta.

1.4 O *bullying* na Escola e a importância da cultura de paz na resolução de conflitos.

A Escola é uma instituição socializadora, proporciona interação social, nela ocorrem variados tipos de conexões interpessoais, de algum modo, tal instituição oferece à seus atores situações e circunstâncias que aglutinam experiências subjetivas (SILVA, 2010).

O espaço escolar se apresenta como objeto de disseminação de valores, sendo estes positivos ou negativos, propicia interação social, entre grupos diversos, múltiplos, quanto sua essência cultural, social, econômica e política.

Diante disso, enfocando tais vivências estruturadas na escola, salientamos que os alunos podem apresentar repertórios frágeis no trato e comunicação entre os seus pares, agregando concepções violentas, dominadoras e opressoras no âmbito escolar, causando sofrimento e perturbação intrapessoal aos que são alvos de ações truculentas.

É nesse contexto citado, que emerge a prática do Bullying, denominado como um subconjunto de comportamentos agressivos e repetitivos, executados por um ou mais indivíduos causando dor e angústia às suas vítimas (SILVA, 2010). Focalizar esta manifestação violenta é de extrema relevância, para que se possa buscar superar tais ocorrências. Referenciando o termo, Cubas, reforça dizendo que:

A opção em usar o termo Bullying, resulta da dificuldade em encontrar na língua portuguesa uma tradução fiel do termo. Deixando de lado as especificidades do fenômeno, pode-se definir bullying como um tipo de violência física e/ou psicológica, caracterizada pela repetição de atos e pelo desequilíbrio de poder entre agressor e vítima. Trata-se de um fenômeno antigo ao qual, apenas recentemente, tem sido dada atenção às suas causas e consequências. (CUBAS, 2006, p. 175)

Em linhas gerais, a violência em ambiente escolar protagonizada pelos alunos, traduz-se em bullying escolar. Como supracitado anteriormente, este é um termo de origem inglesa, configura comportamentos preconceituosos, opressivos, discriminatórios e imbuídos de relações interpessoais assimétricas (CUBAS, 2006). Por conseguinte, propaga prejuízos psicológicos, morais e físicos às suas vítimas, ressaltando que muitas não conseguem superar a angústia, humilhações e situações vexatórias que vivenciam na infância ou adolescência e conduzem à vida adulta traumas, insegurança, baixa autoestima, e outros problemas de ordem psicológica. Os prejuízos são os mais diversos, repercutem nos campos intra e interpessoais, levando tais pessoas à depressão ou em casos extremos até a morte.

Nessa perspectiva, tal temática marca as circunstâncias em que as relações humanas estão acontecendo, enquadradas no âmbito superficial, em que o egocentrismo aparece como faceta causadora do individualismo, a percepção do outro como semelhante encontra-se anestesiada (BAUMAN, 2007).

A disseminação de valores por meio da família e escola pode ser crucial ao melhoramento de concepções e percepções do outro. Desta maneira, em busca de resolver os conflitos, a educação para a paz aparece como fator preponderante e promissor na propagação de valores positivos à convivência entre os sujeitos em ambiente escolar e extra-escolar.

Entende-se que a violência é um fenômeno social complexo que pode ser evidenciado sob diversas formas, desde ações indiretas e simbólicas até os casos mais factuais. Compreender a raiz por qual se alimenta a violência demanda um estudo profundo, para que, se configure epistemologicamente intrincada conjuntura (CHARLOT, 2002)

Sabendo que tal fenômeno se manifesta por meio de ações variadas, permeando diferentes ambientes de convivência social, é pertinente focalizar a violência em sua forma direta, ou seja, interpessoal, que concerne ao espaço escolar, pois este universo abriga pessoas em formação, tanto pedagógica, quanto biopsicossocial. Charlot em seus estudos sobre violência na escola salienta que:

Os professores e a opinião pública pensam a violência como um fenômeno novo que teria surgido nos anos 80 e se teria desenvolvido nos anos 90. Na verdade, historicamente, a questão da violência na escola não é tão nova. Assim, no século XIX, houve, em certas escolas de 2º grau, algumas explosões violentas, sancionadas com prisão. Da mesma forma, as relações entre alunos eram frequentemente grosseiras nos estabelecimentos de ensino profissional dos anos 50 ou 60. Todavia, se a violência na escola não é um fenômeno radicalmente novo, ela assume formas, que, estas sim, são novas (2002, P.432)

O ambiente escolar por ser um espaço que propicia interação social entre os pares, fornece suporte à formação de grupos e construções subjetivas sobre as vivências, protagoniza o palco de subsídios pedagógico-relacional para se reverter ou vencer os quadros de bullying nas instituições escolares.

Nessa direção, a educação para a paz, aparece como alternativa para a conscientização dos alunos a respeito do assunto, salientando que é um instrumento positivo para a passagem de um meio violento para o cultivo da paz, ou seja, uma educação voltada para a difusão de valores humanos e relações sociais diplomáticas entre os estudantes, dentro e fora da escola. Podendo, deste modo, ser um excelente meio de acabar com o bullying na escola.

A paz é vivenciada pautada em fundamentos como a democracia, os direitos humanos, a não-violência, bem como o respeito a dignidade humana, configurando relações sociais horizontais; Além de que, pode ser construída, por intermédio de ações em que o convívio humano seja estudado e os conflitos emergentes possam ser superados, em direção à convivência positivada de valores. É o que Jares, indica quando diz que:

A paz é um fenômeno amplo e complexo que exige uma compreensão multidimensional, ao mesmo tempo, uma compreensão ampla da paz e não-guerra como se costuma fazer, já que esta é apenas um tipo de violência, não o único. Por violência entendemos tudo aquilo que impede as pessoas de se auto-realizar como seres humanos, seja por qualquer tipo de violência direta ou pelas chamadas violências estruturais. (...) A paz, além disso, é um estado, uma situação, um processo “que nos afeta a todos e a todas” em algo tão essencial, imediato e tangível como é a vida, em suas possibilidades e qualidades no lugar e na forma de vivê-la, tal como ocorre neste momento com milhões de pessoas em todos os continentes do planeta. (2002, p.130)

A paz é um processo que envolve os indivíduos em suas particularidades, bem como a todos que os cercam, ações de respeito ao outro, preservação da dignidade humana, relações sociais tangíveis e positivadas convergem para o bem estar social e garantia de desenvolvimento humano.

Enfatizar e permitir o cultivo de ações que visem a ultrapassagem do Bullying na escola, ou em outros ambientes faz parte do conjunto de ações que visam a paz, ultrapassando a violência direta e também estrutural, esta que emerge de uma série de demandas doentias que afetam o ser humano em suas questões essenciais.

O enfoque da violência em ambiente escolar, expressa a urgência de ações neste sentido, pois é lá onde crianças e adolescentes tem se digladiado e consolidado relações de poder assimétricas que ferem os indivíduos em sua integridade física, psicológica e moral, visto que a violência se perpetua sob formas diversas, tendo variadas formas de incitar o outro.

A prática do *Bullying* em instituições escolares fere os Direitos Humanos e o marco de garantia de direitos da criança e adolescentes: o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) facilmente violado quando há o cerceamento do direito a liberdade, do respeito e à dignidade. Expressos nos artigos 15, 16, e 17 ao anunciar que

ART.15 - A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em Processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

ART.16 - O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários ressalvadas as restrições legais;

II - opinião e expressão;

III - crença e culto religioso;

IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;

V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI - participar da vida política, na forma da lei;

VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

ART.17 - O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da insanidade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Percebe-se que a escola pode ser um ambiente onde tais direitos individuais e coletivos são feridos, valendo considerar que a atuação da comunidade escolar deve ser imprescindível na sua garantia.

São diferentes tipos de violência propagadas em tal ambiente, sejam elas de caráter psicológico ou físico, envolvem uma gama de práticas que geram angústia e sofrimento às suas vítimas, pelo teor abusivo das ações, desde que, consolidam relações interpessoais discrepantes, ao que vem a tornar a vivência na escola.

Em seu traçado literário, Silva (2010) evidencia que o *Bullying* pode acarretar consequências psíquicas e comportamentais sérias quando afirma que:

Além de os bullies escolherem um aluno-alvo que se encontra em franca desigualdade de poder, geralmente este também já apresenta uma baixa auto-estima. A prática do Bullying agrava o problema preexistente, assim como pode abrir quadros graves de transtornos psíquicos e-ou comportamentais que, muitas vezes, trazem prejuízos irreversíveis. (SILVA, 2010.p.25)

Muitas crianças e adolescentes têm vivenciado ações violentas dentro da escola, seja como alvo, agressor, ou testemunha, ao que nos leva a crer que o ambiente escolar deve ser foco de estudos mais apurados, enquanto tornar evidente as relações interpessoais comprometidas nesse lugar.

Lopes (2011) afirma que o bullying só ocorre se houver um contexto em que os indivíduos estejam envolvidos em relacionamentos duradouros, como acontece no ambiente escolar, quando a convivência é cotidiana. Ao que mostra que tal ambiente por agregar muitos indivíduos propicia a formação de grupos e interações interpessoais, contudo tais vivências podem se tornar um tormento na vida de quem aparece na história, como vítima de preconceito e desrespeito, ou seja, aqueles considerados pelos demais como “os diferentes”.

É pertinente ressaltar que as vítimas muitas vezes não conseguem comunicar aos seus responsáveis, ou à direção da escola os assédios que vem sofrendo ao que acarreta a perpetuação dos atos praticados e o silêncio das pessoas que sofrem tais agressões é um campo fértil à propagação da violência.

Em direção à superação de tais conflitos existentes na escola, a “Educação para paz” como visto anteriormente, vem propor uma resolução criativa dos conflitos, bem como a disseminação da não-violência e perspectiva crítica dos enfrentamentos, podendo se apresentar como alternativa crucial à regulação positiva de conflitos.

Assim, o Capítulo 2 abordará a mediação de conflitos, como técnica não adversarial para a resolução de conflitos, que por meio de regulações positivas vem demonstrando ser uma excelente maneira de lidar com essa questão na escola.

2. MEDIAÇÃO: PRÁTICA DE CULTURA DE PAZ

Neste capítulo será enfatizada a mediação de conflitos como alternativa à prevenção da violência, na solução “harmônica” de conflitos. É uma ferramenta acessada no intuito de desconstrução de preconceitos, fomento da solidariedade, cooperação, respeito, ou seja, na promoção de uma cultura de paz.

A percepção que será colocada frente aos conflitos irá mudar o percurso da convivência humana, o modo como se concebe o conflito irá incidir sobre seu produto, ou seja, se este é apontado como patológico, negativo, digno de punição, será construído um envoltório violento e desagregador ao ambiente, causando desgaste e mal estar social; mas se ao contrário, este for percebido como algo natural, presente nas relações humanas e mola propulsora para crescimento pessoal, logo se converterá em melhoria e manutenção dos espaços de convivência, salientando a natureza pela qual será resolvida o conflito, ou seja, acentuadamente pacífica e democrática (JARES, 2002).

É nesta direção que a mediação de conflitos, técnica não-adversarial, será destacada como alternativa exitosa na resolução de disputas, na prevenção de atos violentos, preservação dos laços sociais e manutenção das relações interpessoais. Estas são marcantes na configuração de comportamentos mais harmoniosos e saudáveis, entretanto isto irá depender diretamente do trato que terão, e do caminho escolhido para que se desenvolvam. A fim de acentuar valores, princípios e comportamentos. A convivência é um substrato essencial para o mapeamento de tais constatações (JARES, 2008).

O ser humano tende a formar grupos, desenvolver culturas, promover ideologias, ou seja, carrega em si a “diversidade”, em que pode ocasionar conflitos, devido o choque entre questões individuais ou grupais. O preconceito, a intolerância, a violência são expressões máximas destes “choques”.

Diante de tal contexto é fácil apontar a escola como palco de expressões negativas, ações como *Bullying*⁴ entre alunos são pontos de tensão no convívio escolar, desgastam as relações interpessoais, causam tumulto e prejuízos aos demais (SILVA, 2010).

O último capítulo desta pesquisa mostrará experiências com mediação escolar, destacando a elaboração de uma cultura de paz por meio da disseminação de valores como a cooperação, solidariedade, e empatia. Redesenhando o modo de agir frente aos conflitos.

⁴ termo inglês utilizado para descrever atos de violência física ou psicológica, intencionais e repetidos, sem motivação evidente, adotados por um ou mais alunos contra outro, causando dor, angústia e sofrimento e executados dentro de uma relação desigual de poder. Simplificando, *bullying* é uma forma intencional e repetitiva de atitudes cruéis feitas por um ou mais alunos contra outro aluno. Disponível em: <http://bullyingcyberbullying.com.br/bullying/o-que-e-bullying/> em 20/10/2016

2.1 Mediação de Conflitos: aspectos gerais

Primeiramente, para que se compreenda o contexto em que se desenvolve a mediação, é preciso conhecer o que ela representa, deste modo são variados autores, dentre eles: Vezzula, Sales, Santos, que formulam conceitos, fazem suas ponderações a respeito, e direcionam os estudos em relação a tal temática.

A título de enfatizar o conceito geral de mediação, é pertinente evidenciar fala de Petrônio Calmon para compreender a essência do tema. Em conformidade, ao que foi dito o autor afirma que:

Mediação é a intervenção de um terceiro imparcial na negociação entre os envolvidos no conflito, facilitando o diálogo ou incentivando o diálogo inexistente, com vistas a que as próprias partes encontrem a melhor forma de acomodar ambos os interesses, resolvendo não somente o conflito latente, quanto a própria relação antes desgastada, permitindo sua continuidade pacífica (CALMON, 2007, p. 109).

A mediação de conflitos ligeiramente se acentua como técnica de resolução de disputas no campo jurídico, tendo maior visibilidade nesta área, contudo já é possível transportar elementos inicialmente voltados à prática jurídica ao contexto escolar, logo este ambiente tem sido palco de divergências (em foco as desenvolvidas entre alunos) e prolongada comunicação violenta.

A Mediação tem caráter pacificador e fortalecedor das relações interpessoais, sociais e humanas, visto que em proporções democráticas objetiva contemplar as necessidades dos envolvidos, fazendo com que sublimem emoções e ultrapassem a barreira conflituosa por meio do diálogo e satisfação conjunta, contando com a ajuda do mediador, que desempenha papel importante para a resolução de controvérsias (SANTOS, 2012).

Sabendo que as ações desempenhadas na mediação buscam criar um ambiente democrático, onde haja cooperação, solidariedade e diálogo, Christopher Moore (1998, p. 28) afirma seu pensamento, conceituando esta prática como sendo

(...) geralmente definida como interferência – em uma negociação ou em um conflito – de um terceiro com poder de decisão limitado ou não autoritário, que ajudará as partes envolvidas a chegarem voluntariamente a um acordo, mutuamente aceitável com relação às questões em disputa.

Como visto, a mediação é um processo que se utiliza de uma terceira pessoa imparcial, no caso o mediador, que auxilie as pessoas envolvidas a encontrarem um melhor caminho para resolver suas divergências.

Partindo da etimologia do termo Mediação, é possível corroborar as ações

intrínsecas e pertinentes ao exercício do mediar. Schabbel (2002) apresenta esta expressão como termo originário do latim *mediare* que significa mediar, dividir ao meio, repartir em duas partes iguais, intercessão, intervenção, deste modo deixando ainda mais claro qual a função do mediar.

A visão positiva do conflito é um fator preponderante na sua resolução, ao abordá-lo como algo natural, necessário ao crescimento, e pertencente às relações humanas, logo serão concebidas novas maneiras de lidar com o mesmo. Nesse caso é prezado o diálogo, o respeito mútuo, a não adversariedade e a não violência (JARES, 2002).

A mediação de conflitos vem reconfigurar as relações interpessoais, perturbadas por elementos externos, no intuito de evidenciar a cooperação, a solidariedade, o respeito entre os indivíduos. Por ser um processo autocompositivo, os litigantes é quem moldam a solução para suas divergências, sem intervenções de terceiros, e nisto ganham autonomia para articularem suas ideias afim de chegar a um ponto favorável aos envolvidos (SALES, 2008)

Ao se pensar nos ganhos sociais que a prática de mediação tem agregado e no potencial que detém, logo é percebido que sua atuação busca a construção da paz social, fomentando a participação dos sujeitos, agregando valores às relações interpessoais e deste modo sendo instrumento fortalecedor da cultura de paz e não violência, desde que busca caminhos pacífico para resolução de querelas (SALES, 2003).

Ao se deparar com situações singulares, conceitos inovadores ou construções originais é importante ocupar um mapa situacional e contextual, pois é válido ressaltar o modo como algo foi concebido, as percepções impregnadas e a elaboração confirmada com o seu desenvolver.

Nesta direção, é que por seguinte será abordada a origem da mediação, seu histórico, o papel que vem proporcionando frente as demandas sociais, sua importância no processo de composição da paz social e promoção de uma cultura pacífica.

Inicialmente é significativo acentuar que a mediação não é algo novo, sua formação perpassa diferentes culturas e países como Grécia, Roma, Egito, Kheta, Assíria e Babilônia, nos casos entre as Cidades-Estados, cerca de 3.000 a.C, sendo elaborada no entorno das culturas judaicas, cristãs, confucionistas, islâmica, hinduísta, budista, e indígenas (CACHAPUZ, 2003; ALMEIDA, 2009).

O processo de resolução de conflitos tem lugar essencial na história da humanidade, pois os povos de diferentes culturas sempre tiveram um modo próprio de abordar situações conflituosas.

Nas culturas judaicas e cristãs a mediação aparece como forma de resolução de

disputas civis e religiosas, deste modo, ocupando um espaço importante na percepção das divergências, a exemplo os tribunais rabínicos no Império Turco e Oriente Médio, contaram com a intervenção da mediação para resolver questões entre os adeptos de sua crença. Já a igreja Católica, na idade média, por sua grande influência social, política e jurídica se apresenta como reguladora de conflitos na sociedade ocidental (ALMEIDA, 2009).

Dentre os países que têm enraizado em suas culturas a mediação, como alternativa de resolução de conflitos, é pertinente citar a China e o Japão para fazer tal ilustração.

Impulsionados pelo Confucionismo, ideias do filósofo Confúcio, os chineses, na antiguidade já praticavam a mediação, acreditavam que esta seria a melhor maneira de se resolver disputas. Para Confúcio era concebível construir um ambiente saudável na terra, um verdadeiro paraíso, na condição de que os seres humanos conseguissem resolver seus problemas de maneira pacífica, por meio do diálogo e cooperação, elaborando um ambiente harmonioso (MOORE, 1998).

A concepção do filósofo reforçava que existia uma sintonia natural entre os seres humanos, que não poderia ser rompida por ações adversárias e hierárquicas, corroborando assim, o fato de que para manter a paz é necessário a utilização de ferramentas horizontais, como a mediação, no sentido democrático de resolução de conflitos, que nega qualquer tipo de dominação e opressão para esta conquista (MOORE, 1998).

Em concordância, o Japão também se tornou exemplo de experiência com mediação, logo modelou seu direito, regras de comportamento, em concordância com o da China, apoiando-se nas ações de conciliação e nos princípios da não adversariedade (MOORE, 1998).

Praticada nas sociedades asiáticas, o efeito da mediação, confirma o que as comunidades budistas integram à sua prática, ou seja, princípios como a paz, o respeito mútuo, a harmonia social, a busca do equilíbrio (ALMEIDA, 2009)

A mediação, como visto, apresenta bastante expressividade entre as culturas orientais, já no ocidente esta prática ganha maior visibilidade com o fim da segunda guerra mundial, tendo como principal difusor os Estados Unidos (ANDRADE, 2010).

O sistema judiciário estadunidense seguia congestionado com tantos processos, uma demanda estratosférica, o grande desenvolvimento após a segunda guerra e as mais variadas formas de consumo decorreram em ações judiciais. Nesta direção, buscou-se alternativas para resolução dos conflitos institucionalizados, referentes ao poder judiciário. Com o apoio da Universidade de Harvard estudos foram realizados, de onde surgiu a sigla ADR (*Alternative Dispute Resolution*) para identificar meios alternativos à solução de

conflitos, distinguindo-os do processo judicial (ANDRADE, 2014).

A mediação se tornou mais evidente, no ocidente, como supracitado, nos Estados Unidos a partir do século XX, desde então como maneira alternativa de resolver controvérsias, ganha espaço em vários países como: França, Inglaterra, Irlanda, Japão, Noruega, Bélgica, Alemanha, entre outros (SANTOS, 2012).

Após ter sido feito um breve apanhado sobre mediação, conhecer algumas definições e entender o contexto sob o qual se firmou no âmbito mundial, será feito também uma abordagem focalizando o contexto brasileiro.

2.2 A mediação de conflitos no Brasil

A cultura do conflito é visivelmente inserida no Brasil, disputas se alastram e polarizam as relações interpessoais, geralmente as divergências são resolvidas sob a óptica adversarial, ou seja, um “ganha” e o outro “perde”, e as soluções ganham ar de sentenças (ALMEIDA, 2009; SALES, 2008).

Neste sentido, Schintiman (1999, p. 78) contempla tais ideias fazendo um síntese, afirmando que:

Nossa Cultura privilegiou o paradigma ganhar-perder, que funciona como uma lógica determinista binária, na qual a disjunção e a simplificação limitam as opções possíveis. A discussão e o litígio – como métodos para resolver diferenças – dão origem a disputas nas quais usualmente uma parte termina ganhadora e outra perdedora. Essa forma de colocar as diferenças empobrece o espectro de soluções possíveis, dificulta as relações entre as pessoas envolvidas e gera custos econômicos, afetivos e relacionais.

Como visto, no tópico anterior, a mediação de conflitos ergue-se sob o pilar da não adversariedade, suscita o diálogo, a cooperação, a solidariedade e a manutenção dos laços sociais; com o auxílio do mediador os envolvidos auto compõem a solução dos seus problemas, desta forma conduzem e moldam o desenlace das questões a serem resolvidas (ALEMEIDA, 2009; SANTOS, 2012; SALES, 2008).

Nesta direção, tal ferramenta, presente na sociedade há séculos, chegando até a se confundir com a própria história da humanidade, vem se mostrando alternativa eficiente à resolução pacífica de conflitos, posto que busca o bem comum e a satisfação dos envolvidos, fundamentando-se no âmbito da paz social, acesso à justiça e participação cidadã (FERREIRA 2012; MOORE, 1998; SANTOS, 2012; VEZZULA, 2005).

O Brasil, assim como os Estados Unidos, principal difusor de estudos relacionados à área, e institucionalização de tal técnica na resolução de controvérsias, vem

mostrando interesse por tal alternativa, desde que este é um excelente meio na propagação da justiça, desafoga o poder judiciário e de maneira rápida é responsável por sanar questões, antes congestionadoras do sistema (ANDRADE, 2010).

Com a reforma do Código Civil Brasileiro, em meados dos anos 90, mais precisamente em 1994, a mediação ganha destaque, conjuntamente com a lei dos juizados especiais cíveis Lei n. 9099/95.

É importante ressaltar que com o emprego da mediação, alternativa de resolução de controvérsias, no Brasil, uma grande parcela da população brasileira que menos tem acesso à justiça passou a ser acolhida por meio da Mediação Comunitária, esta que se utiliza de pressupostos técnicos da mediação para fins de paz social. Neste sentido, aproxima-se da realidade dos indivíduos, deixando-os mais seguros para tomar decisões, e favorece a participação democrática dessas pessoas.

Esta se respalda no âmbito social no intuito de buscar subsídios para seu desenvolver, tem excelente desempenho na formação de cidadãos e participantes da política. Para corroborar tal fala, Lilia Sales pontua que:

A mediação comunitária possui como objetivo desenvolver entre a população valores, conhecimentos, crenças, atitudes e comportamentos conducentes ao fortalecimento de uma cultura político-democrática e uma cultura de paz. Busca ainda enfatizar a relação entre os valores e as práticas democráticas e a convivência pacífica e contribuir para um melhor entendimento de respeito e tolerância e para um tratamento adequado daqueles problemas que, no âmbito da comunidade, perturbam a paz. (SALES, 2004, p. 135).

A MC⁵ originada inicialmente em localidades periféricas, busca ofertar à comunidade maior acesso à justiça, de modo que um líder comunitário, pessoa escolhida dentre os membros de uma comunidade, por sua idoneidade, respeito e envolvimento nas causas sociais da comunidade, pode se tornar o mediador responsável em administrar os conflitos recorrentes ao meio.

Um dos maiores ganhos é o desafogo do poder judiciário que sofre com uma crise de gerenciamento dos litígios jurisdicionados, disseminado por meio da morosidade e burocratização do acesso.

Para fins sociais, a MC consiste em excelente ferramenta para construção da paz social, logo em primeira instância busca êxito na solução extrajudicial de controvérsias, ou melhor, sem organizar os desgastes interpessoais sob o espectro adversarial e sentencioso.

A exemplo a Organização não governamental (Ong) Viva Rio,⁶ atuante desde

⁵ Mediação Comunitária será apresentada em partes do texto sob a abreviatura MC.

⁶ O Viva Rio é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1993, no Rio de Janeiro, que atua na formação de comunidades seguras e sadias em territórios vulneráveis. Em 2004, chegou ao Haiti a convite da ONU. Em 2014, instalou-se nos Estados Unidos como Viva Rio Inc. disponível em: <http://vivario.org.br/quem-somos-2/> em

1993 em comunidades do Rio de Janeiro, e o programa Balcão de Direitos, oriundo desta mesma Ong, conquistaram espaços de rico aprendizado, ganhos sociais, formação de mediadores e conseqüentemente vem contribuindo para o fortalecimento da cultura de paz no Brasil.

A Viva Rio é o resultado de iniciativas sociais que conquistaram êxito em suas ações, seu desempenho obteve excelente grau de eficácia, passando a atuar em inúmeras comunidades do Rio de Janeiro, viabilizando por meio de programas e projetos a diminuição da violência, o acesso à justiça e a promoção da cultura de paz, valendo salientar que a MC é um marco crucial neste destaque.

Sua fundação se deu sob um contexto de extensa comoção no estado carioca, logo no mesmo ano duas chacinas abalaram a sociedade, ocorridas na Candelária⁷ (centro do Rio de Janeiro) e outra em uma favela localizada em Vigário Geral⁸ (bairro de classe média baixa da Zona Norte), nesta direção houve a necessidade de se fazer algo para reverter tal quadro, por meio da parceria entre o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho e o antropólogo Rubem César Fernandes, o Viva Rio, se originou a partir de clamores sociais.

Como Organização Não Governamental o Viva Rio iniciou suas atividades em 1993, traçando metas de enfrentamento da violência, apoiada em projetos que envolvem arte, saúde, educação, e meio ambiente, como dito anteriormente ações desempenhadas em comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro.

Já nos anos 2000 houve, por meio de programas, a execução de projetos direcionados à assistência jurídica e mediação de conflitos. Nesta direção o êxito atingido por tais ações traiu olhares do governo federal, que extraiu tais experiências e as nomeou como políticas públicas.

O Ministério da justiça juntamente com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República passaram a investir nas atividades da Organização, desde a formação de mediadores comunitários até lançar balcões de direito em outros estados.

O projeto Balcão de direitos⁹, implementado pela Viva Rio em 1996, tem como

25/10/2016

⁷ Na noite de 23 de julho de 1993, pouco antes da meia-noite, dois carros chevettes com placas cobertas pararam em frente à Igreja da Candelária. Em seguida, os ocupantes atiraram contra dezenas de pessoas, a maioria crianças e adolescentes, que estavam dormindo nas proximidades da Igreja. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Chacina_da_Candel%C3%A1ria em 25/10/2016.

⁸ Chacina de Vigário Geral foi um massacre ocorrido na favela de Vigário Geral localizada na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Ocorreu na madrugada do dia 29 de agosto de 1993, quando a favela foi invadida por um grupo de extermínio formado por cerca de 36 homens encapuzados e armados, que arrombaram casas e executaram vinte e um moradores. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Chacina_de_Vig%C3%A1rio_Geral em 25/10/2016.

⁹ Atuou em diversas favelas, como Rocinha, Cantagalo, Morro do Pavão-Pavãozinho, Santa Marta, Complexo da Maré, entre outras.

principal objetivo promover informações sobre os direitos que assistem os indivíduos, proporcionar a participação social, buscar alternativas harmoniosas de resolução de conflitos e nesta direção contribuir para um sociedade plural e solidária (PALMICIANO, 2005).

Como visto anteriormente, a MC tem alcançado centenas de pessoas, permitindo que estas sejam multiplicadoras de uma cultura de paz, em que o diálogo, a democracia, manutenção das relações interpessoais, proteção dos direitos, respeito mútuo, solidariedade e pluralidade são acentuadas.

Ao passo que aproxima os integrantes da comunidade aos métodos alternativos de resolução de conflitos, no caso a mediação, abre-se um leque de oportunidades aos mesmos, desde que lhes é dada a oportunidade de transformarem suas perspectivas quanto à resolução dos conflitos, a princípio embasadas na ideia negativa e adversarial, sem falar que ao atribuir a função de encontrar a solução para o seus problemas logo é ofertado outros caminhos para o desenlace das divergências, deste modo, objetivando afastar a violência e a judicialização das controvérsias.

É válido ressaltar que o estado do Ceará também foi contemplado com práticas da mediação comunitária, iniciativa do Ministério Público do Estado-MPCE acentuado na Resolução nº 01, de 27 de junho de 2007, configurada sob o Programa Núcleo de Mediação Comunitária que visa a participação democrática dos indivíduos na resolução de controvérsias, contemplando áreas periféricas de Fortaleza, bem como da região Metropolitana e interior do estado¹⁰, regiões onde o índice de desenvolvimento humano é menor e o índice de violência é proeminente (ALMEIDA, 2009)

O programa vem se aperfeiçoando, ampliando sua área de atuação, consolidando seus objetivos¹¹ e agregando valores positivos à convivência humana. Atende atualmente além dos bairros ditos anteriormente, outros como Antônio Bezerra, Barra do Ceará, Bom Jardim, Messejana, bem como adicionou ao seu raio de atuação os Municípios de Maracanaú, Caucaia e Sobral.

¹⁰ De acordo com dados de 2009 contavam seis núcleos espalhados entre Pirambu, Parangaba, Velho Timbó, Jurema, Pacatuba, Russas, sendo dois na capital, três na região metropolitana e um no interior do estado, disponível em: ALMEIDA, Sinara Mota Neves de. Avaliação das concepções de violência no espaço escolar e a mediação de conflitos. 2009. 189 f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2009. p.75 em 20/10/2016

¹¹ Os principais objetivos do Programa são: incentivar a organização da sociedade civil para o exercício da cidadania participativa; Estimular a formulação de projetos de inclusão social; Gerenciar planos de capacitação de mediadores comunitários; Sensibilizar a população sobre a relevância da solução pacífica dos conflitos; Viabilizar na comunidade um espaço gratuito de escuta-fala para resolução de controvérsias; Fomentar a instalação de NÚCLEOS DE MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA, com o escopo de contribuir para a redução da violência, pela solução pacífica dos conflitos; Instituir permanente hábito de estudos e pesquisas, visando à implantação de projetos que promovam a cultura da paz, entre outros. Disponível em: <http://mediacaocomunitaria.blogspot.com.br/p/o-programa.html> em 27/10/16.

Qualquer pessoa física ou jurídica pode procurar um Núcleo de Mediação, solicitar o serviço de um mediador para atuar na facilitação do diálogo, de modo a possibilitar a criação de novas alternativas que levem a uma solução consensual e mutuamente satisfatória, tendo a clareza que o acordo não é o principal objetivo da Mediação. Pois a MC também promove uma maior responsabilidade e participação da comunidade na solução dos seus conflitos, abrindo novos caminhos para emancipação e uma positiva transformação sociocultural.¹²

O Programa existe há 17 anos, e conta com cerca de 120 mediadores voluntários. Para atuar no programa, eles participam de uma capacitação com cerca de 40h teóricas e 60h de práticas oferecida pelo MPCE para aprimorar técnicas de diálogo e de resolução de conflitos.¹³

Conflitos de natureza familiar, vizinhança, questões trabalhistas, reconhecimento de paternidade, cobrança de dívidas, difamação, injúria, calúnia, ameaça, apropriação indébita, são alguns dos tipos de conflitos que podem ser atendidos nos Núcleos de Mediação Comunitária.¹⁴

As ações descritas anteriormente são bastante fortalecedoras da cultura de paz, os exemplos da Viva Rio e os Núcleos de MC no Ceará, foram peças essenciais para a difusão desta técnica em outras partes do país.

Em concordância é possível salientar esta intervenção como meio de prevenir a violência nas comunidades, reelaborar a dinâmica interpessoal, auxiliar os indivíduos a conquistar uma nova visão do que se chama de conflito, posto que o mesmo tende a ser estigmatizado pela sociedade, tratando-o como algo a ser banido e sufocado, muitas vezes tratado violentamente, deste modo, o que esta alternativa faz é possibilitar a elaboração de ambientes sociais mais agradáveis, reconfigurar os laços sociais, e proporcionar aos indivíduos uma nova leitura de mundo.

Após ter feito uma breve síntese da Mediação de conflitos, dentre os seus aspectos gerais, como definição, origem, prática social, a partir de agora será elaborado um novo panorama, direcionado ao meio educacional, apesar desta técnica ter sido bastante evidenciada no meio jurídico, nada impediu da mesma ser adaptada ao ambiente escolar.

¹² Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/2016/10/18/mpce-reinaugura-nucleo-de-mediacao-comunitaria-da-barra-do-ceara/> em 27/10/2016.

¹³ Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/2016/10/18/mpce-reinaugura-nucleo-de-mediacao-comunitaria-da-barra-do-ceara/> em 27/10/2016

¹⁴ Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/2016/10/18/mpce-reinaugura-nucleo-de-mediacao-comunitaria-da-barra-do-ceara/> em 27/10/2016

2.3 Breve histórico a Mediação Escolar no mundo e no Brasil

Neste tópico será abordado o contexto histórico da mediação escolar, importante na compreensão do desenvolvimento deste mecanismo.

É interessante contextualizar a mediação, a fim de conhecer as raízes que deram origem a tal dispositivo, bem como tomar ciência de experiências práticas, para se compreender sob quais demandas surgiram, e também os objetivos principais de tal aparato.

Os Estados Unidos se tornaram referencial no que tangencia a formação histórica da Mediação Escolar.

Em 1970, no governo de Jimmy Carter, foram criados Centros de Mediação Comunitária espalhados com a finalidade de desafogar os tribunais, logo o judiciário se encontrava assoberbado de processos e o seu congestionamento causava insatisfação aos litigantes, visto que respostas “institucionais” não se consolidavam em tempo hábil, ou seja sentenças.

Levando em consideração tal contexto logo se pensou na utilização da Mediação como alternativa para a resolução de conflitos, aparato consistente no que se referia ao desafogo dos tribunais e menos custos ao Estado, visto que era mais célere o seu desenrolar.

Protagonizados pelos próprios cidadãos no sentido de autogerirem suas disputas e chegarem a um consenso, a mediação de conflitos se mostrou uma excelente alternativa ao judiciário, pois esta técnica instiga os indivíduos a buscarem novos rumos nas suas decisões, salienta a solidariedade, cooperação, respeito, manutenção do diálogo, e construção de uma cultura que preze a paz social.

Sabendo que a escola é um ambiente que propicia interação social, aglutina experiências subjetivas, bem como divergências interpessoais, é possível entender que tal instituição reflete relações e conflituosidades sociais.

Nesta direção, no início dos anos de 1980, nos Estados Unidos - EUA surgiu a necessidade de regular conflitos que aconteciam em ambiente escolar, devido um intenso crescimento de disputas que envolviam crianças e adolescentes. O que fez com que mais tarde, em 1982 os *Community Boards de San Francisco*¹⁵ promovessem a colaboração dos Centros de Mediação Comunitária e os sistemas escolares.

Sucessivamente em 84 e 85 surgem Associações, Institutos, e Redes de resolução

¹⁵ Fundado em 1976, os conselhos da comunidade, são o centro público mais velho da resolução do conflito nos Estados Unidos. Sem fins lucrativos, as mediações são fornecidas em toda a cidade em inglês, espanhol, mandarim e cantonês - de segunda a sábado. Ainda é oferecida uma série de treinamentos introdutórios e avançados de resolução de conflitos durante todo o ano. (<http://communityboards.org/>)

de conflitos na educação, respetivamente com o intuito de estudo e implementação da mediação em ambiente escolar, valendo conhecer as especificidades de tal ambientação e as relações sociais nela encontrada, bem como as adaptações necessárias à implantação da mediação na escola.

No Brasil, como visto em tópicos anteriores, a mediação surgiu na década de 90 mas com caráter de apoio ao judiciário, formação de mediadores, e mantida em instituições privadas (ALMEIDA, 2009).

No quesito Mediação Escolar, o Brasil ainda tem pouca experiência, contudo são feitos estudos no intuito de aprofundar conhecimentos reconhecidos e compreender as experiências já vividas neste âmbito.

Com os estudos empreendidos, ações provenientes de Organizações não governamentais, e associações já é possível visualizar atividades nesta direção.

No Rio de Janeiro, a exemplo, o Projeto Escola de Mediadores foi marcante no que concerne a avanços das práticas de mediação na escola. Desenvolvido nos anos 2000, fruto da parceria entre Instituto Noos¹⁶, Viva Rio-Balcão de Direitos¹⁷, Mediare¹⁸ e Secretaria Municipal de Educação, em duas escolas públicas do município do Rio de Janeiro, com alunos do 6º e 7º séries, o projeto em questão buscou elaborar e trazer para o ambiente escolar novas práticas, em relação a maneira como se regulam os conflitos, ou seja, a mediação como alternativa pacífica para solucionar os conflitos que se deflagram na escola.

A iniciativa expressa pelo Projeto Escola de Mediadores se firmou, pode-se dizer, como marco da mediação escolar no Brasil, logo suas ações se consolidaram sob um contexto de total escassez nessa área, ainda que existissem ações voltadas à mediação, estas eram inclinadas ao âmbito jurídico, entretanto o projeto veio apontar caminhos a serem trilhados para que se desenvolvessem ações tão substanciais quanto a em questão.

Nesta direção, como fruto dessa experiência, foi gerada a Cartilha Escola de Mediadores, em que constam orientações e esclarecimentos sobre o que é mediação, o papel do mediador, assim como, instruções no que concerne ao processo de implementação em

¹⁶ O Instituto Noos é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1994. Tem por objetivo o desenvolvimento e a difusão de práticas sociais sistêmicas voltadas para a promoção da saúde dos relacionamentos nas famílias e nas comunidades. Busca metodologias que contribuam para a dissolução pacífica de conflitos familiares e comunitários (www.noos.org.br).

¹⁷ Como citado anteriormente Viva rio é uma organização não-governamental com sede no Rio de Janeiro engajada no trabalho de campo, na pesquisa e formulação de política públicas com o objetivo de promover a cultura de paz e o desenvolvimento social, bem como o Balcão de Direitos projeto social que entre os anos de 1996 e 2006 atuou em diversas favelas cariocas. (www.vivario.or.br)/ (www.forumseguranca.org.br).

¹⁸ O Mediare é uma organização pioneira na capacitação de mediadores, o que possibilita a formação de uma equipe multidisciplinar para atuação em diversas áreas. Possui um quadro de mediadores e de especialistas oriundos de distintos segmentos profissionais e atuantes em diferentes naturezas de conflito e de processos decisórios. (<http://www.mediare.com.br>).

instituições de ensino.

Após conhecer um pouco da sua história é interessante, agora, se voltar às especificidades da mediação escolar, visto que é realizada uma adaptação da mediação, inicialmente concebida sob o espectro jurídico, à instituição escola.

Para iniciar uma abordagem da mediação escolar primeiro é necessário entender em que situação do contexto social esta surgiu; Sendo pertinente ressaltar os motivos por quais se tornam urgentes alternativas aos conflitos existentes dentro do ambiente escolar.

Entende-se que em perspectiva mundial, o fenômeno social violência vem permeando quase ou diga-se de passagem, todos os setores da vida social, seja acentuada em sua forma direta (homicídios, roubo), estrutural (privação, marginalização, exploração) e cultural (etnocentrismo, racismo), deste modo as consequências de tal fenômeno é sentido por todo tecido social, sendo a escola uma das atingidas (CHARLOT, 2002; GALTUNG, 1969).

A relação intrínseca entre escola e sociedade manifesta-se nas relações sociais que os componentes de tal instituição desenlaçam entre si.

Ressaltando olhares mais apurados para as relações aluno-aluno é possível identificar que entre os mesmos se definem diferentes tipos de conflituosidades, que ganham roupagem de Bullying escolar.

São expressões violentas marcadas por agressões físicas e psicológicas, conflitos respondidos com violência, ou melhor relações assimétricas acentuadas na forma de micro poderes na escola, relações de poder entre alunos, gerando mal estar e insegurança aos mesmos, por que se veem envolvidos por situações de opressão e dominação, assim como é disseminada a violência direta. Este é um dos graves problemas recorrentes em instituições de ensino do Brasil e do mundo (SILVA, 2010)

As formas de conflito na escola, não são somente as interações marcadas por hierarquias dominantes, aluno, ou grupo de alunos disseminando violência contra um indivíduo, que muitas das vezes recebe passivamente tais atos execráveis, mas também é necessário enfatizar que situações conflituosas também se manifestam por membros da comunidade escolar, como alunos, professores, funcionários, por exemplo.

Nesse sentido, torna-se necessário encontrar formas onde alunos, pais, professores e toda a comunidade escolar se envolva em propostas pautadas na Educação para resolução de conflitos (ERC), que tem por finalidade “modelar e ensinar de formas culturalmente significativas, uma variedade de processos, práticas e competências que ajudam a lidar com os conflitos, individuais, interpessoais e institucionais e criam comunidades acolhedoras e seguras” (Association for Conflict Resolution, 2002, p. 1)

A ERC é uma proposta a qual pode garantir a prevenção da violência na escola, ao ressaltar seus objetivos, ou seja, de sensibilização dos componentes da comunidade escolar, com intuito de promover atitudes de solidariedade, respeito mútuo, empatia, cooperação, autonomia e assim garantir a abertura e consolidação do diálogo, tão importante no desenrolar do conflito.

É importante salientar a relevância do diálogo no tratamento do conflito, acentuando também, que a sua qualidade é preponderante para a sublimação de situações desgastantes, como os conflitos, divergências, disputas ou controvérsia, logo ao se criar um ambiente de comunicação saudável é possível enxergar além de emoções e sentimentos para encontrar um meio de troca de pensamentos, assim chegar a um possível entendimento entre as partes.

Freire (1987) com muita propriedade reforça dizendo que “ o diálogo fenomeniza e historiciza a essencial intersubjetividade humana; ele é relacional e; nele, ninguém tem iniciativa absoluta. Os dialogantes “admiram” um mesmo mundo; afastam-se dele e com ele coincidem; nele põem-se e opõem-se” ou seja, seja quando se propicia situações em que o diálogo é prezado, ocorre que é possível realizar uma troca de pensamentos, ideias considerações e lançar aos dialogantes um meio de mútuo entendimento.

A essência da mediação de conflitos é desenvolver o diálogo entre as partes, logo este será o meio pelo qual, os envolvidos organizarão suas ideias e constituirão uma solução que satisfaça ambas as partes, sabendo que para isso dialogar é necessário.

Mais uma vez, Paulo Freire em suas consistentes palavras ressalta a riqueza deste atributo essencial à mediação em qualquer situação, ao dizer que:

A palavra viva é diálogo existencial. Expressa e elabora o mundo, em comunicação e colaboração. O diálogo autêntico - reconhecimento do outro e reconhecimento de si, no outro - é decisão e compromisso de colaborar na construção do mundo comum. Não há consciências vazias; por isto os homens não se humanizam, senão humanizando o mundo (FREIRE, p. 11, 1987)

A mediação escolar vem abordar uma nova mentalidade aos que compõem a organização escolar, enfatizar formas pacíficas de se posicionar no mundo, enaltecer valores como a compreensão, solidariedade e cooperação, para que se crie um ambiente seguro aos alunos (em foco) e demais atores da comunidade escolar, bem como propiciar a consolidação de uma cultura de paz.

Segundo Jones (2004) as principais finalidades dos programas de educação para resolução de conflitos se encontram pautadas em:

1. Criação de ambientes de aprendizagem seguros: os programas que enfatizam

estes objetivos incidem na diminuição da violência, redução dos conflitos entre estudantes, particularmente dos conflitos inter-grupais baseados nas diferenças étnicas e raciais; ao mesmo tempo, procuram reduzir o número de suspensões, o absentismo e o abandono escolar, frequentemente relacionados com ambientes de aprendizagem inseguros.

2. Promoção de ambientes de aprendizagem construtivos, isto é, promoção de um ambiente positivo na sala de aula, cuja gestão eficaz dos comportamentos potencie a disciplina e, simultaneamente, o respeito e afeto, necessários para que crianças e jovens se sintam confiantes na partilha de ideias e sentimentos.

3. Desenvolvimento pessoal e social dos alunos, incluindo a aprendizagem de competências de resolução de problemas; o treino das aptidões para reconhecer e lidar com as emoções; a identificação e redução das orientações agressivas e atribuições hostis; a utilização de estratégias construtivas face ao conflito nas escolas, no contexto familiar e comunitário.

4. Desenvolvimento de uma perspectiva construtiva do conflito: pretende estimular-se a justiça social na comunidade, responsabilizando os seus elementos não apenas pelos problemas que nela emergem, mas também pelo sucesso das respostas sociais por eles geradas. Este princípio, de confronto e responsabilização pelo conflito, traduz a implementação dos meios de resolução alternativa de conflitos na ERC. De acordo com esta perspectiva, procura-se a participação parental e da comunidade na vida escolar, bem como a generalização à vida comunitária das competências adquiridas no âmbito da ERC, o que deverá refletir-se na desejada diminuição da tensão e violência na comunidade.

Depois de obter um panorama geral no que abrange os objetivos principais dos programas de mediação escolar, pode-se compreender que não basta apresentar a proposta de educar em resolução de conflitos, é necessário vivenciar na prática tais ações, a envolver todos, desde pais, professores, alunos, gestão, comunidade, logo o sucesso de um projeto de mediação na escola depende do grau de envolvimento de todos.

Como foi percebido ao longo do capítulo a mediação seja ela no âmbito jurídico, comunitário ou escolar, traz em sua essência a restauração dos laços humanos, tão desgastados por interferências sociais, desde a violência à injustiça social, questões estas que interferem no comportamento dos indivíduos; O desejo é que mais práticas de mediação e alternativas de pacificação social sejam difundidas entre a sociedade, avance o medo, as guerras, a injustiça, a morte e alcance os patamares da paz mundial.

2.4 Mediação Escolar: um novo olhar sobre o conflito

A sociedade moderna basicamente se caracteriza pela rapidez, seja na velocidade das informações ou pela comunicação instantânea, o ser humano está envolto em um ambiente dinâmico, em que suas ações se elaboram sob o mote da competição, individualismo ou centrados em relações superficiais.

Bauman (2007) acentua tais aspectos sob a égide da liquidez das teias relacionais, quando se refere aos tempos líquidos na era da globalização, visto que, em sua porção desmedida tal fenômeno social, expresso negativamente, tem enfraquecido os vínculos humanos desvelados pelos fatores ditos anteriormente, como individualismo e competição

O novo individualismo, o enfraquecimento dos vínculos humanos e o definhamento da solidariedade estão gravados num dos lados da moeda cuja outra face mostra os contornos nebulosos da “globalização negativa”. Em sua forma atual, puramente negativa, a globalização é um processo parasitário e predatório que se alimenta da energia sugada dos corpos dos Estados-nações e de seus sujeitos (BAUMAN, p. 30, 2013).

Sabendo disso, hoje se torna urgente fazer uma reflexão, sobre a importância dos laços sociais e o que está se perdendo em meio a tanto ativismo, ressaltando a consciência de si e do outro, além das perspectivas pragmáticas.

O agrupamento de pessoas, ou seja a convivência em mesmo ambiente, certamente acarretará relacionamentos, convívio real e até conflitos, estes últimos, como visto anteriormente são estigmatizados pelo senso comum, logo tem-se associado a ideia de contraposição, patologia, perturbação e violência, sendo, contudo importante asseverar que quando os conflitos são tratados de maneira positiva, reconhecido como natural e essencial ao crescimento humano, produz resultados satisfatórios, implicando diretamente na atmosfera do ambiente.

A escola, instituição social e principal agência da educação formal é evidenciada por abrigar em suas dependências variados tipos de relações sociais, sejam elas relações de poder (assimétricas), democráticas (horizontais) ou doentias (marcadas pela violência).

Cientes que no cerne de tal instituição há diversidade de pensamentos, cultura e afirmações, geralmente são concebidos “choques”, antagonismos expressos na forma de preconceito, intolerância, violência física e outros, emitindo um quadro de irritação perturbação e incômodo do ambiente escolar ¹⁹e todo o seu envoltório, ou seja, desde a comunidade até pais, professores, direção.

Fundamentando-se em tais ideias é pertinente questionar qual a maneira mais

¹⁹ interações entre alunos.

adequada de lidar com tal contexto? O que o corpo institucional deve fazer para diminuir ou evitar casos de violência na escola? E ainda. Quais alternativas se dispõem para tais feitos?

Com finalidade de estimular a cultura de paz, bem como os benefícios que esta agrega, proporcionar a vivência de valores como a solidariedade, a cooperação, o respeito mútuo, o diálogo e o gerenciamento de conflitos, a mediação surge no contexto social como excelente ferramenta a ser utilizada para o melhoramento das relações interpessoais, o que pode ser verificado do mesmo modo no contexto escolar.

É pertinente explicar que a mediação foi concebida em ambiente extra escolar, como visto anteriormente, na primeira parte deste capítulo, esta técnica de resolução surgiu no meio jurídico como alternativa judicial de resolução de controvérsias, contudo feitas adaptações esta técnica também permeia o meio educacional.

Embora não tenha tido sua ascensão no meio escolar a mediação foi e vem sendo instrumento de fortalecimento da educação para a paz. Por meio de adaptações, seus principais componentes, foram trazidos para o meio educacional, em que tem-se transformado em caminhos para a redução da violência, resolução pacífica de conflitos, autogestão de solução de controvérsias pelos envolvidos, melhoramento do diálogo ou a reconstrução deste na instância intra escolar, e até mesmo fora dela.

Neste capítulo foram evidenciadas ações de mediação escolar no âmbito mundial e nacional, contudo afim de aproximar do contexto regional, ou seja, cearense, o próximo capítulo apresentará como narrativa a experiência da Escola Estadual Santo Amaro, localizada no bairro Bom Jardim, com a prática de resolução criativa de conflitos promovida pela Ong suíça *Terre des hommes*.

3. *TERRE DES HOMMES*: AÇÕES DE MEDIAÇÃO NA ESCOLA SANTO AMARO

O presente capítulo tem por finalidade apresentar e constituir reflexões acerca da Mediação de Conflitos na escola pública, por meio da experiência da Escola Estadual Santo Amaro, localizada no Bairro Bom Jardim, na cidade de Fortaleza-Ceará.

O projeto em Mediação Escolar é desenvolvido pela Organização não governamental *Terre des hommes* em parceria com o Ministério Público do Estado do Ceará, e Secretarias Municipal e Estadual de Educação. Tem apresentado novas maneiras de gerenciar os conflitos deflagrados na escola, afim de consolidar tal metodologia e demais práticas restaurativas, agindo em direção à prevenção da violência e construção de uma cultura de paz.

A *Terre des hommes* tem-se destacado nas esferas regional e nacional, pelo seu vasto empenho na preservação dos direitos das crianças e adolescentes, fomentação de Justiça e práticas restaurativas. Atuante em espaços como escolas, comunidades e sistema de justiça juvenil, suas ações no Ceará se dão na direção da prevenção da Violência Urbana Juvenil²⁰ e reforço das capacidades do Sistema Socioeducativo²¹

A pesquisa aqui apresentada tem como espaço de investigação a Escola Estadual Santo Amaro, bem como as ações desenvolvidas pela Ong *Terre des hommes* neste ambiente. A metodologia da pesquisa está pautada em visitas *in loco*, com fim de apresentar subsídios teórico, práticos e metodológicos à indagação gerada na pergunta de partida, ou seja: Quais as melhores alternativas para ultrapassar a violência na escola? As visitas foram realizadas respectivamente nos dia 29 de setembro e 3 de outubro de 2016.

A técnica de coleta de dados se deu por meio de entrevistas informais, onde não há roteiros, tomando formato de conversa a fim de deixar o entrevistador mais próximo do objeto pesquisado, e entrevistas semi-orientadas onde o uso de roteiros não é uma questão rígida, porém flexível e aberta.

A técnica utilizada (entrevista) proporcionou maior naturalidade das respostas e consequentemente enriqueceu os dados a serem analisados e obtidos, logo permitem melhor contato entre pesquisador e pessoa entrevistada (MATOS, 2001; VIEIRA, 2001).

²⁰ **Prevenção da Violência Urbana Juvenil** apoia crianças, adolescentes, famílias e comunidade quanto à prevenção da violência, tendo as escolas como modelos de ação de prevenção e resolução de conflitos a partir do enfoque restaurativo. **Atuação de Tdh:** Realiza formações com gestores, professores e alunos com o objetivo de fazer do ambiente escolar um lugar seguro e de proteção, contribuindo para a prevenção das situações de violência e ato infracional que ocorra no espaço escolar. Disponível em <http://tdhbrasil.org/>

²¹ **Reforço das Capacidades do Sistema Socioeducativo** busca o desenvolvimento e fortalecimento das competências locais em defesa dos direitos de adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto. **Atuação de Tdh:** Realiza formação e sensibilização nos princípios da Justiça Juvenil Restaurativa a atores estratégicos como juízes, defensores públicos, promotores de justiça, profissionais do sistema socioeducativo e do atendimento direto a adolescentes. Disponível em <http://tdhbrasil.org/>

3.1 *Terre des hommes*

Para que se possa conhecer melhor a proposta de trabalho da Organização *Terre des hommes* e sua importância, inicialmente será feito um breve apanhado envolvendo sua história, e descrição de suas ações no mundo e na capital cearense.

Terre des hommes Brasil²² é uma organização não governamental sem fins lucrativos, que faz parte da *Fondation Terre des hommes* (Tdh), organização suíça com sede em Lausanne. Tem como missão a promoção, garantia e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Criada em 1960 por Edmond Kaiser, *Terre des hommes* atua em 34 países, com ações que beneficiam diretamente mais de 2 milhões de crianças e adolescentes anualmente.

O que impulsionou Edmond Kaiser a criar a instituição foi a veiculação de uma reportagem²³ que enfocava a situação de flagelo nos acampamentos de refugiados durante a guerra na Argélia, desde então mobilizado pelo contexto de sofrimento criou em 1960 a instituição assistencial *Terre des hommes* para auxiliar as crianças necessitadas, rápida e diretamente. Centenas de crianças gravemente doentes vieram da região de combates da Argélia em busca de assistência na Suíça. Nos anos seguintes, Kaiser organizou outras ações, também localmente, para crianças do Vietnã, Bangladesh, Palestina, Camboja e Líbano.

No Brasil, os projetos apoiados por *Terre des hommes* se tornaram referência em âmbito regional e nacional em temáticas como crianças e adolescentes em situação de rua, enfrentamento à violência sexual contra os mesmos citados anteriormente, trabalho infantil e convivência familiar e comunitária.

Atualmente, nas regiões Norte e Nordeste, Tdh desenvolve ações voltadas para uma justiça mais educativa que repressiva, contribuindo em abordagens inovadoras para a disseminação do paradigma da Justiça Juvenil Restaurativa²⁴, Protagonismo Juvenil e Mediação de Conflitos.

Nesse sentido, promove experiências piloto de Justiça Juvenil, contribuindo com formações, assessoramento, iniciativas de incidência política, comunicação e articulação do

²² Informações disponíveis em <http://tdhbrasil.org/> em 02/12/2016.

²³ Disponível em (http://www.terredeshommeschweiz.ch/pt/sobre_nos/a_organizacao/tres_terre_des_hommes/) em 02/12/2016.

²⁴ Justiça Juvenil restaurativa é um modelo de justiça que propõe a mudança de um enfoque punitivo para um enfoque restaurativo. Em vez de focar no adolescente que violou a lei, buscando um culpado, a justiça restaurativa se preocupa com as pessoas atingidas pelo ato infracional- autor, vítima, suas famílias, e comunidade de apoio – buscando promover espaços de diálogo onde essas pessoas possam expressar suas necessidades e construir ações de responsabilização (do adolescente autor do ato) reparação (do dano à vítima) e restauração (de sentimentos e relacionamentos).

sistema de garantia de direitos. Também realiza estudos e pesquisas sobre ato infracional, sistema socioeducativo e Justiça Juvenil Restaurativa.

Com sede em Fortaleza, Ceará, *Terre des hommes* Brasil exerce um papel de articulador na temática de Justiça Juvenil Restaurativa, nos estados do Pará, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte.

A organização se coloca como referência regional na implementação de práticas restaurativas em instituições escolares, sem falar da suma importância no contexto socioeducativo, afim de elaborar por meio de procedimentos metodológicos como a mediação de conflitos, os círculos de paz, e justiça restaurativa, a expansão de novas posturas frente instituições fortalezenses para diminuição e prevenção da violência, bem como a construção de uma cultura de paz. Afim de buscar subsídios para melhor compreender a atuação de tal instituição foi realizada entrevista com a Pedagoga integrante da equipe *Terre des hommes*, em sua fala esclarece que:

A Terre des hommes basicamente trabalha com a temática da justiça restaurativa, são trabalhados dois eixos de intervenção: o eixo da prevenção, que são as ações voltadas para a comunidade e escolas, bem como o eixo do sistema de justiça que são os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas do meio aberto e do meio fechado, e como metodologia das práticas restaurativas trabalhamos com mediação de conflitos e os círculos de paz.

Os círculos de paz são uma metodologia auto compositiva para resolução de conflitos, são várias pessoas que vão tomar a decisão sobre determinado conflito, é um processo circular, uma metodologia baseada em tradições indígenas de aborígenes do Canadá, a referência para esta temática é a kay Prannes.

Trabalhamos com estas duas metodologias tanto no sistema de justiça, como no caso da prevenção que é a escola e comunidade. As atividades envolvem formações, cursos sobre justiça restaurativa e os processos circulares nas escolas e no sistema de justiça. Todas as ações são para os dois eixos e com foco na prevenção e diminuição da violência nesses dois espaços. (PEDAGOGIA - TDH).

Em Fortaleza a organização tem-se articulado com parceiros institucionais e comunitários pois acredita que é indispensável a participação de todos que envolvem o ambiente de convivência de crianças e adolescentes no processo restaurativo; Comunidade, família, escola, sistema de justiça são aparatos os quais se buscam articulação afim de construir um ambiente restaurativo, ressaltando a responsabilização de atos praticados, restauração dos vínculos sociais, e proteção dos direitos infanto-juvenis.

Como dito por Jares (2002) e Freire (1987), primeiramente para que se elabore uma Cultura de paz é necessário criar ambientes, em que sejam levantadas questões como democracia, justiça, direitos humanos e desenvolvimento, onde sejam superadas as realidades perversas. Sem dúvidas a educação para a paz trabalha nesta direção, está fundamenta em componentes como a resolução positiva de conflitos, educação em valores, educação em direitos humanos, educação para o desenvolvimento, dentro de um processo crítico,

democrático, que envolva a comunidade.

A forte incidência da Tdh no campo da justiça juvenil gerou experiências positivas em Fortaleza e outras cidades do Nordeste, bem como Pará, na região norte, contudo, como visto anteriormente, em alguns estados a instituição tem suas ações voltadas para campos como a justiça juvenil restaurativa, dialogando com o sistema judiciário, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. No caso de Fortaleza tem sua linha de atuação voltada ao sistema socioeducativo e à prevenção da violência urbana juvenil (no contexto de escolas e comunidades). Durante entrevista enfatiza-se que:

No caso das escolas estamos replicando uma primeira experiência que foi realizada com quatro escolas do Estado do bairro Tancredo Neves em 2011 a 2014. Com base nessa experiência foi elaborada uma cartilha, que são as orientações para a implementação das práticas restaurativas no contexto escolar.

Por práticas restaurativas podemos entender que envolvem a mediação e os círculos de paz (processo circulares), que são as metodologias para solucionar os conflitos de uma forma dialógica, pacífica e positiva.

Atualmente estamos em 4 escola do Estado duas do Mucuripe, duas do Bom jardim, que são as duas áreas onde atuamos.

Já estamos no segundo ano de implementação desse projeto de mediação nas escolas, que a gente acaba chamando de projeto de mediação por que às vezes falar de prática restaurativa não é tão compreensivo pelas outras pessoas, principalmente pelos estudantes. A gente faz formação com estudantes, professores e aí optamos por chamar tudo de mediação. (PEDAGOGIA- TDH).

Recentemente²⁵ foram inauguradas 3 salas de mediação de conflitos em escolas públicas da capital cearense, são instituições escolares de ensino fundamental e médio, localizadas em bairros considerados de risco no município, são elas EEFM Matias Beck no bairro Vicente Pinzon, EEFM Santo Amaro, no Bom Jardim e EEFM Osires Pontes, no Canindezinho.

Resultado da colaboração entre Secretaria de Educação do Ceará-SEDUC, Instituto *Terre des hommes* - TDH e Ministério Público do Estado do Ceará-MPCE, tal ação visa impulsionar em escolas públicas fortalezenses um novo olhar sobre os conflitos, seja por alunos, professores, seja por toda comunidade intra e extraescolar, pois tem como objetivos principais inserir habilidades de administrar conflitos no cotidiano de jovens e adolescentes, reiterando que os conflitos venham a ser resolvidos sob uma nova perspectiva, transpassando uma cultura de violência e punição, para uma cultura de paz e restauração.

Segundo a Pedagoga da instituição a *“Tdh assinou um termo com o Ministério Público e a Seduc para que as escolas em 2016 adotem como medida disciplinar prioritária da escola as práticas de resolução positiva de conflitos, onde entra a mediação e outras práticas restaurativas”*.

²⁵ Disponível em <<<http://tdhbrasil.org/midia/noticias>>> site oficial da Instituição *Terre des hommes* no Brasil.

Outra notícia muito importante para o avanço das práticas restaurativas, acentuadas aqui neste trabalho, sob a forma da mediação de conflitos, foi a inauguração de mais uma sala de mediação de conflitos na rede pública de ensino da cidade de Fortaleza, esta é a primeira a ser inaugurada em escola municipal.

Durante a entrevista concedida pela integrante da equipe *terres des hommes*, a mesma relata como se dá o processo em instituições municipais, ao acentuar que:

No município o processo não foi de estarmos diretamente na escola, mas a Secretaria Municipal de Educação-SME tem uma célula de mediação, aí essa célula recebeu a formação da Tdh nas práticas e as pessoas se tornaram facilitadoras, então nosso acompanhamento é por meio dessa célula, mas o atendimento na escola quem faz são os técnicos da própria SME, aí a gente tem reuniões mensais, bimestrais com essas pessoas para aprofundamento, tirar dúvidas, enfim dar acompanhamento desse processo (PEDAGOGA DA TDH)

A primeira “Sala de Mediação de Conflitos”²⁶ em uma escola da rede municipal de ensino ocorreu no dia 19 de outubro de 2016, na escola José Ramos Torres de Melo, reuniu cerca de 25 pessoas entre professores, a diretora da escola, os próprios alunos, representantes da Secretaria Municipal de Educação (SME), Rede Aquarela, Comunidade “Na Paz/Ceará Pacífico”, policiais da Ronda Escolar e Guarda Municipal, além de representantes de outras escolas da rede municipal.

A iniciativa de levar a mediação de conflitos para a rede pública de ensino de Fortaleza é a expressão do empenho de diferentes instituições, desde os atores conviventes na escola como outros que abraçam a causa, a citar a *Terre des hommes*, que prepara o ambiente e forma pessoas qualificadas para atuação e desenvolvimento de ações restaurativas, bem como as secretarias de educação que tem realizado um papel crucial na expansão de tais preceitos.

Sem dúvidas a parceria entre a Tdh e outras instituições tem surtido efeitos positivos seja na expansão da justiça juvenil, seja das práticas restaurativas. A necessidade de apoio para que os objetivos centrais sejam contemplados são preceitos fundamentais no que concerne à implementação de projetos e a expansão destes, por isso é necessário criar uma rede de apoio no intuito de articular ações preventivas à violência urbana juvenil.

Para entender melhor como este projeto tem atendido escolas da capital é necessário compreender seu processo de implementação. Utilizando material disponibilizado pela Tdh, cartilha contendo o modelo de ação para a prevenção da violência e a implantação das práticas restaurativas em contextos escolares (2015), bem como explicação durante entrevista realizada, a seguir será exposto como se desenvolve o processo de implementação

²⁶Informações obtidas no site do TDH <<http://tdhbrasil.org/midia/noticias455-primeira-sala-de-mediacao-de-conflitos-e-inaugurada-em-escola-da-rede-municipal-de-ensino>>> em 20/12/ 2016.

do projeto.

Em concordância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), mais especificadamente em seu Artigo 2º quando enfatiza que a educação deve ser pautada em princípios como a solidariedade, liberdade e pleno desenvolvimento do educando, o modelo de prevenção da violência se estrutura por meio de 4 passos iniciais, ou seja:

PASSO 1: Inicialmente são feitas parcerias como também é realizada a sensibilização da comunidade escolar. A primeira parceria feita pela Tdh foi entre Ministério Público e Secretarias de educação; depois de firmadas parcerias vem a sensibilização de gestores, coordenadores, professores, pais, funcionários e promotores a fim de esclarecer pontos relacionados às metodologias adotadas (mediação escolar e práticas restaurativas) e tornar compreensível conceitos de conflito, violência, indisciplina, ato infracional por meio de palestras e círculos de diálogo.

PASSO 2: No segundo passo é feita uma análise situacional no intuito de conhecer o contexto sob o qual a escola está inserida, desde sua dinâmica interna como externa. São aplicados instrumentais de pesquisa com professores, estudantes, terceirizados, famílias, contemplando 10% de cada público. O intuito maior de conhecer a dinâmica da escola é abordar quais são as dificuldades enfrentadas pela instituição, tipos de violências recorrentes e as ocorrências manifestas no espaço escolar.

Depois de sistematizar os dados da pesquisa é obtido o “retrato” da escola e das principais situações de conflito presentes no ambiente, posteriormente é feita devolutiva ao grupo gestor e apresentação dos resultados à comunidade escolar com o objetivo de verificar se há identificação da realidade com o exposto.

PASSO 3: Nesta etapa sem dúvidas, são postos em prática a mediação e os círculos restaurativos e onde se exprimem as formações voltadas à professores, estudantes, gestores. Antes da implementação em si, são feitos planos de ação apontando direções para onde e como agir. Cada escola deve possuir seu plano de ação, composto de forma democrática envolvendo a participação de grupos de estudantes, professores, familiares e funcionários, para desenhar as atividades que serão realizadas ao longo do ano, afim de fortalecer a mediação e as práticas restaurativas.

PASSO 4: Após passar por todo esse processo é necessário fazer o acompanhamento do projeto, saber se a mediação e práticas restaurativas tem sido predominantes na resolução de conflitos, e quais efeitos tem surtido na dinâmica escolar, focalizando a diminuição da violência e sua reincidência.

A avaliação é realizada por meio de grupos focais, aplicação de questionários,

monitoramento do livro de ocorrências da escola com ênfase na redução de registros envolvendo violência, diminuição dos números de suspensões, transferências e evasão escolar.

A necessidade de esclarecer sobre a implementação do projeto de mediação está no sentido de demonstrar que seu ordenamento acontece conectado à conjuntura escolar, às relações interpessoais configuradas, aos sentimentos individuais e coletivos, às necessidades encontradas na escola, na direção de reverter quadros de violência e tornar a escola um ambiente agradável e seguro.

É possível visualizar por meio das etapas de implementação que os avanços só são possíveis quando realizados democraticamente, somente com a participação coletiva será viável prospectar ações contemplando o maior número de indivíduos, logo um projeto para ser consolidado e efetivado deve perpassar pelas necessidades dos que compõe o mesmo.

Para corroborar tais fatos a fala da Pedagoga reforça o que está sendo dito, ao afirmar que:

A implementação de práticas restaurativas na escola é um processo que exige um acompanhamento, tem todo um passo a passo, não é feito de cima para baixo, “chegamos com a metodologia é isso e pronto” então envolve muitas ações de sensibilização, nós vamos nas salas, fazemos oficinas sobre o que é mediação, fazemos acolhida com os estudantes, fazemos círculos de paz, por exemplo no planejamento dos professores e semana pedagógica, então a gente sempre está divulgando para que as pessoas conheçam se apropriem, saibam o que é, não fiquem focadas só em uma pessoa de referência, mas que todo mundo tenha conhecimento sobre a técnica.[sic] (PEDAGOGIA- TDH)

A adoção de técnicas e práticas restaurativas na regulação de conflitos estão proporcionalmente conectadas com os objetivos da educação para paz, enfatizando que o processo educativo é problematizador, se dá continuamente, e produz posturas diferentes diante do contexto, busca se fundamentar em valores, criticidade e conceitos positivos de conflito (JARES, 2002).

O próximo tópico busca fazer uma relação teórico-prática do que foi exposto durante este trabalho, focalizando ações da Organização Não-Governamental *Terre des hommes* em mediação escolar na EEFM Santo Amaro.

3.2 A Escola Santo Amaro – histórico, comunidade e mediação

Como exposto anteriormente, quatro escolas da rede estadual de ensino foram contempladas com salas de mediação, dentre elas a Escola Santo Amaro.

Afim de conhecer a experiência de tal instituição com a técnica de resolução de conflitos, uma aproximação por meio de visita *in loco* e escuta qualificada (entrevista) foi imprescindível para entender a relevância das práticas restaurativas, implementadas pela *Terres des Hommes* na escola.

A sistematização do presente tópico está vinculada, respectivamente, com a apresentação histórica e contextual da instituição e do Bairro a qual está localizada, assim como contextualização das experiências com a técnica de resolução criativa dos conflitos.

3.2.1 Breve Histórico da Escola Santo Amaro e do Bairro Bom Jardim

A Escola²⁷ de Ensino Fundamental e Médio Santo Amaro, fica situada à Rua Nova Conquista, nº. 871 Parque Santo Amaro, Bom Jardim, no prédio onde antes funcionava a Escola Hilda Couto Bezerra, de propriedade do Sr. Reginaldo Bandeira Girão Nobre.

A Escola Santo Amaro nasceu em 04 de março de 1998, como Anexo da EEFM Júlia Alves Pessoa que contava com quase 4.000 alunos, funcionando durante 4 expedientes, porque nesta época havia o turno intermediário.

Dessa forma havia uma demanda reprimida que a EEFM Julia Alves não tinha capacidade de suprir, em 1998 nasceu o anexo Santo Amaro cujo o nome foi escolhido pela comunidade em homenagem ao bairro.

Primeiro discípulo de São Bento, Santo Amaro é chamado padroeiro dos agricultores e foi um grande praticante da obediência sendo comemorado seu dia em 10 de maio. A escola teve como primeira diretora a Professora Núbia Silva de Araújo, que era diretora geral da Escola Júlia Alves a Patrimonial. A terceira diretora a Professora Heloísa Helena Linhares foi responsável por acentuadas mudanças na escola, a instituição deixou de ser anexo passando a ser unidade orçamentária. Atualmente a Escola está credenciada e com seus cursos reconhecidos pelo Conselho de Educação sob o parecer 233/2004. Em 15 de julho de 2003 através de diário oficial a Escola de Ensino Fundamental Santo Amaro passou a denominar-se Escola de Ensino Fundamental e Médio Santo Amaro.

²⁷ Histórico disponível no Projeto Pedagógico da Escola e no Blog da instituição disponível em <<<http://eefmsantoamaro.blogspot.com.br/>>> em 10/09/2016.

O atual diretor é Antônio Marcos Justino Matias, foi aluno e hoje compõe o núcleo de gestão da Escola Santo Amaro. A instituição atualmente conta com 1.105 alunos divididos entre os turnos da manhã, tarde e noite.

Para entender as relações sociais tecidas na Escola é necessário ressaltar o contexto pelo qual é envolvida, por exemplo o Bairro em que está localizada a instituição Santo Amaro é amplamente conhecido por índices elevados de criminalidade, então afim de conhecer a que ponto essas interferências refletem na conduta de crianças e adolescentes é pertinente evidenciar suas particularidades contextuais.

A comunidade do Bom Jardim é marcada por seu crescimento desordenado, dificuldades estruturais, sociais e políticas, fazendo com que seus arredores fossem famigerados por situações de violência, vulnerabilidade social e descaso do poder público, por exemplo questões como a falta de saneamento básico ainda são pautas reverberadas nas proximidades da Escola Santo Amaro, evidenciando situações perversas, marcadas pela injustiça social.

A descrição do Bairro Bom Jardim, como dito, é marcado por intermitentes situações de violências que historicamente foram construídas, então, no intuito visualização desta conjuntura será exposto, a seguir, um pouco da sua formação.

Localizado²⁸ na Região Sudoeste de Fortaleza, o Bairro Bom Jardim faz divisa com os bairros Granja Portugal, Granja Lisboa, Siqueira e Canindezinho. Conta com 37.758 moradores, em 10.462 (IBGE (censo 2010).

Segundo moradores mais antigos, foi na década de 1960 que chegaram os primeiros moradores do atual bairro. Até então aquela área era ocupada por uma grande fazenda, a qual foi loteada pelo empresário João Gentil.

A expansão da cidade, e a oferta de terrenos a preços baixos fez com que diversas famílias de diferentes bairros adquirissem os lotes, construíssem suas casas e passassem a residir ali. A rua Oscar Araripe foi a primeira via aberta, e hoje é o principal corredor do bairro.

No final da década de 70 o bairro começou a crescer de forma desordenada porque os terrenos ainda eram baratos, em relação aos demais bairros da capital. Com o crescimento irregular surgiram as primeiras favelas, nessa época o Rio Maranguapinho era um córrego de águas cristalinas. As dificuldades eram enormes, as ruas não tinham pavimentação e havia muita lama; também era difícil conseguir água potável e os moradores utilizavam

²⁸ Disponível em (<http://www.fortalezaemfotos.com.br/2013/05/bairros-de-fortaleza-bom-jardim.html>) pela socióloga Fátima Garcia em 10/12/2016.

água de cacimba. Ainda hoje existem ruas sem pavimentação, a exemplo a Rua Pato Branco.

Já no final dos anos 80 a população reclamava a ausência de ações do poder público. Poucas escolas, nenhum hospital, ruas sem alinhamento, falta de saneamento e segurança precária fizeram com que a onda de violência tomasse conta de toda área, tanto do bairro do Bom Jardim como de seus vizinhos.

A partir dos anos 90 o bairro já figura nas páginas dos jornais como um dos mais violentos da capital. Ações governamentais não têm apresentado resultados positivos, e a região continua figurando como uma das áreas de maior índice de criminalidade de Fortaleza.

Para fins de implantação de políticas públicas e sociais na área, e tendo em vista que os bairros enfrentam problemas similares, o Bairro Bom Jardim, juntamente com seus vizinhos, Granja Portugal, Granja Lisboa, Siqueira e Canindezinho foram aglomerados, formando um bloco que passou a ser chamado de Grande Bom Jardim.

Recentemente o bairro foi escolhido pelo Ministério da Justiça para se tornar um Território da Paz, através do Pronasci²⁹ (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania). Muitas são as instituições que exercem trabalho dentro da comunidade dentre eles podem ser citadas: Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim, o Centro Cultural do Bom Jardim, ABC, CRAS Bom Jardim e muitas outras.

A Violência direta é uma expressão social, está vinculada à outros tipos de violência como as estruturais e culturais, utilizando a conotação articulada por Galtung, quando se refere a violência sob a forma triangular, é possível ressaltar que por qualquer um dos vértices do triângulo (violência estrutural-direta-cultural) pode surgir a violência e facilmente ser transmitida aos outros tipos.

Anteriormente, surgiu o questionamento sobre as interferências de uma comunidade violenta no comportamento de crianças e adolescentes, a partir das considerações em Galtung, fica claro que a dinâmica do Bairro Bom jardim está assentada sob focos de violência que permeados no tecido social se revertem na institucionalização da mesma, inclusive a violência direta, se tornando (...) repetitiva, ritualística, como uma vingança GALTUNG (1990).

Diante de tal conjuntura e contextos marcados por violência, a escola – local de agrupamento social, é uma instituição facilmente atacada por enfrentamentos, produzidos

²⁹ Este Projeto faz parte da execução da política de segurança cidadã proposta pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional de Segurança Pública, em parceria com Estados e Municípios, com objetivos de construir políticas de segurança mais preventivas que repressivas no enfrentamento da criminalidade e da violência nas cidades brasileiras. Disponível em Cartilha da regional V – Mapa da Criminalidade e da violência em Fortaleza <<http://www.uece.br/covio/dmdocuments/regional_V.pdf>> em 10/12/2016.

consoantes uma sociedade violenta. Nesta ocasião as relações interpessoais podem estar comprometidas, sabendo que a maioria dos conflitos deflagrados não são tratados devidamente, mas sufocados e cristalizados.

A maioria das escolas não conta com aparatos metodológicos que possam subsidiar a resolução positiva de conflitos, é recorrente o número de educadores, diretores, coordenadores e pais enlouquecidos com alunos e filhos “indisciplinados”, logo não sabem a quem recorrer, o que fazer, demonstrando inoperâncias diante das situações hostis.

A combinação de uma cultura de violência com tais inoperâncias, geram ambientes escolares violentos e desagradáveis, afim de ultrapassar tais conjunturas a mediação de conflitos tem princípios que vieram do âmbito jurídico, mas que se adequaram ao ambiente escolar, estimula o diálogo e hoje indica um possível caminho para construção de uma cultura de paz.

A seguir será evidenciado a experiência da Escola Santo Amaro com mediação, ressaltando o contexto, as potencialidades, possíveis fragilidades, efetivação do projeto, descrevendo por meio de escutas qualificadas (entrevistas) com o gestor, a professora mediadora e aluno o que realmente tal metodologia de resolução de conflitos tem agregado à conduta escolar.

3.2.2 Experiência êxitosa com Mediação na Escola Santo Amaro

A mediação é uma técnica não-adversarial de resolução de conflitos está fundamentada no diálogo, cooperação, empatia, não há ganhadores ou perdedores, soluções são elaboradas democraticamente, os envolvidos entram em acordo e sugerem desenlaces para o corrido, tudo isso com o auxílio do mediador - pessoa imparcial que busca despertar o entendimento entre as partes, instigando o diálogo, como forma de solução pacífica de conflitos (ALMEIDA, 2009).

Em visita à escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Santo Amaro, esta pesquisadora (P) extraiu depoimentos essenciais, foram entrevistados gestor, professora mediadora (M) e aluno (A).

A escola, como dito anteriormente, está localizada na Rua Nova Conquista, no Bairro Bom Jardim, atualmente conta com 1.105 alunos divididos entre os turnos manhã, tarde e noite. Sua estrutura física é bem conceituada, apresenta quadra de esportes, salas amplas, biblioteca, sala de multimeios, sala de informática e pôr fim a mais recente, a sala de mediação.

Esta última foi inaugurada no mês de agosto de 2016 fruto da parceria entre secretaria de educação, ministério público e *Terre des hommes*, se tornou espaço de acolhimento, apoio, onde o diálogo e a cooperação são enfatizados. A inserção de práticas de resolução positiva de conflitos na escola Santo Amaro se incorpora a cada dia à dinâmica e ao regime escolar, perpassando pelo projeto político pedagógico da mesma.

Em entrevista com o Diretor da instituição, o mesmo relata que a princípio muitas pessoas, tinham dúvidas da eficácia e até seriedade da mediação, logo se confundia com “passar a mão na cabeça”, por ser algo novo causou estranheza por parte de professores, alunos e pais, pois de certo modo avaliavam que as consequências das ações dos alunos não poderiam ser resolvidas só em “conversas”, mas sim por meio de punições “adequadas”, como suspensões, expulsões ou transferências.

A mediação trouxe uma nova perspectiva para solucionar os impasses gerados, logo os alunos puderam perceber os outros, respeitar seus pontos de vistas, apresentar melhor comunicação uns com os outros, promover a paz e o diálogo. O que é demonstrado na fala do Aluno e da professora Mediadora.

P- Pra você, qual importância da mediação?

A-Por que é uma forma de justiça, da gente se educar, neh? uns com os outros, se entender, ter diálogo. Isso é muito importante pra ter um ambiente de paz e ter menos violência. [sic] (Alunol-8º ano).

M-A mediação vai na raiz do problema, e é exatamente por isso que eles cumprem os acordos por que não ha nada sendo imposto, eles mesmos percebem a melhor forma de uma convivência saudável, então eu acredito que seja muito eficaz. Eles que falam, e não impomos nada, eles se sentem muito a vontade.

A mediação segundo Lilia Sales (2004) possibilita a transformação da “cultura do conflito” na cultura do diálogo, visto que atravessa concepções débeis, e alcança participação democrática na resolução dos conflitos, podendo assim divergências serem efetivamente sanadas. O gestor reitera dizendo que:

antes a coordenação e direção eram mal vistas só se iria para lá devido algum desconforto em sala de aula, indisciplina, afim de receber punição, então estes acabaram elaborando a ideia de que estes são setores hierarquizadores ou até mesmo “punitivos”, entretanto hoje procura-se muito conversar e resolver os problemas pacificamente.

A importância da *Terre des hommes* na escola e as ações desenvolvidas pela mesma são fortalecedoras neste processo, as formações oferecidas no âmbito da mediação escolar, por exemplo, são imprescindíveis, os professores recentemente foram convidados a participar dos cursos, muitos deles concluíram, consequência disso, os docentes tem feito uso das práticas restaurativas, como os círculos de diálogo, em sala de aula, fomentando a cooperação, a escuta e a empatia. Vejamos o que nos dizem os sujeitos a seguir.

P- em sala de aula os professores adotam soluções pacíficas de conflito?

A- eles falam em sala de aula da importância, e fazem círculos de diálogo.

M- Nós já vivenciamos muitos círculos, inclusive eu já participei de alguns círculos feito pelos professores, alguns já tem essa prática de mediar com o círculo de diálogo, rodas de conversas, alguns já tem feito.

É importante não deixar de ressaltar que os cursos que os professores são maneiras novas de resolução de conflitos, não se assenta no fato de que por meio disso está sendo dada uma carga acima da esperada para os docentes, deixando-os sobrecarregados. Mas vale esclarecer, segundo a Pedagoga da Ong, que:

O processo ele é todo voluntário, a gente oferta um curso, a formação, faz a sensibilização, apresenta o que é? qual a proposta? tendo muito cuidado de deixar claro, principalmente para os professores que a ideia não é criar mais uma função para o docente, mas é justamente no papel que ele já desenvolve, fazer uso dessa técnica, inclusive para benefício próprio, como é que ele faz uma escuta, como é que ele faz um encaminhamento de um estudante, como é que pode fortalecer as relações, os vínculos em sala de aula, a gente sempre procura encaixar a metodologia na dinâmica da escola. A escola é protagonista em todo esse processo (PEDAGOGIA- TDH)

Ao traçar um paralelo com a violência estrutural em que vivem jovens e adolescentes residentes no bairro, o gestor em uma de suas falas narra que

“o grande Bom jardim é considerado violento, desde ações diretas às estruturais, como ruas sem saneamento básico, condições mínimas de sobrevivência, homicídios, famílias desestruturadas, ressaltando que de uma maneira ou de outra o contexto social colabora com as relações interpessoais desenhadas na escola.”

E ressalta ainda que “algo bastante trabalhado na escola foi a linguagem dos alunos, os mesmos, de início, não conseguiam sequer dar um bom dia, abordavam de maneira ríspida seus pares, entretanto, aos poucos, foi-se construindo com eles um relacionamento amigável.” Fatos que são esclarecidos na fala da mediadora escolar, quando diz que:

“com a roda de conversa, com os círculos de mediação do conflito a gente tem a oportunidade de perceber o aluno, de entender, o porque dele ser daquela forma, que na realidade ninguém quer ser ruim, ninguém tem uma índole má, alguma coisa aconteceu para que seja reproduzido esse comportamento. O contexto familiar, financeiro, social é tanta coisa que acaba refletindo no modo de agir da pessoa, no emocional.”

O Gestor, ressalva que “a linguagem é um pontapé inicial para gerar conflitos, por meio de xingamentos, a maior parte dos conflitos gerados na escola advém de agressões verbais.” Em conversa com o aluno indaguei:

P-Quais os tipo de conflitos que mais acontecem na escola?

A- É xingamentos é o que mais tem, as vezes pegar um objeto e ficar jogando nos outros, pegar bolinha de papel dentro de sala. Na hora da merenda também.[sic] (aluno 8º ano)

Sobre os casos de Bullying, na escola, à principio a direção não tinha conhecimento, mas naquela semana surgiu um caso de uma aluna que estava se sentindo incomodada com uma série de insultos advindo de outros alunos, a mãe da aluna contou o caso para a direção e o mesmo foi repassado para a sala de mediação. A sala conta com uma professora incumbida da função de mediar.

A inserção das práticas restaurativas na escola Santo Amaro tem agregado novas posturas frente aos conflitos, como dito no início desta pesquisa, o *Bullying* ocasiona diferentes tipos de violência e sua irradiação no ambiente escolar torna este espaço pouco atrativo para criança e adolescentes, contudo ao se levar em consideração a resolução criativa e pacífica de conflitos, casos como este, são tratados com eficácia.

O estudo revelou que a sala de mediação tornou-se um espaço especial para os alunos, logo recorrem à tal artifício para melhorar as relações interpessoais, e que isto se efetiva de fato, tais ações ajudaram e ajudam a fomentar dentro e fora da escola relações sociais pacíficas. Sobre esse assunto vejamos o diálogo abaixo:

P-Você acha que a escola é menos violenta depois disso?

A-É sim, menos violenta, depois que chegou a sala de mediação de conflitos, tem diminuído.

M- A gente já tem um histórico de várias formas de resolver conflito, mas que não tem surtido muito resultado não, parece que os conflitos eles não deixam de aparecer nunca, e vai gerando sempre outros conflitos, e não consegue tratar. Aquele aluno que é expulso de uma escola, ele vai para outra escola, e aquele conflito se reproduz lá, ele não é tratado, então a gente percebe que com a mediação, a gente pode restaurar de fato esse aluno, nós não vamos estar encaminhando outros problemas para outra escola, mas a gente vai estar indo na fonte.

A última fala da mediadora escolar revela o que Jares (2002), Galtung (1990), baseados na teoria do conflito em Gandhi, e outros colaboradores acertam sobre o conflito, ou seja, que este é natural e inevitável na existência humana, quando regulado de forma positiva e criativa produzirá resultados produtivos.

Reforçando as formulações sobre conflito, Jares (2002, p. 134) assevera que a chave não está em sua eliminação, mas em sua regulação e resolução de forma justa e não-violenta, Lederach (1985, p. 1) complementa dizendo; “temos de detalhar, aprender e praticar métodos não de eliminar o conflito, mas de regulá-lo e conduzi-lo à resultados produtivos”.

Ao contrário do que se pensa, o conflito não deve ser evitado, nem entendido como algo maléfico à formação humana, mas coordenado cautelosamente em sua resolução, pois a partir disso subsídios para relações sociais benéficas e fecundas serão apresentados (JARES, 2007).

Vimos que a escola Santo Amaro acolheu com bastante entusiasmo a prática de mediação, com o apoio da *Terre des hommes* vem avançando cotidianamente em práticas

restaurativas, bem como rompendo com paradigmas, como o preconceito de que tal metodologia não surtiria efeitos plausíveis. Quando se trabalha em outro eixo que não seja a cultura de violência, punição, sentença, começam a abrir novos horizontes, a se construir passo a passo novas formas de intervenção no mundo.

Constatamos que os alunos, segundo a professora mediadora e o gestor, abraçam a metodologia e passam confiança em sua administração, contudo a apropriação deste novo modo de lidar com os conflitos aparece como algo bastante inovador e causa muito impacto, a princípio, na vivência destes, bem como dos pais. Fica claro, quando a mediadora aborda que, diante de um questionamento:

P-Os alunos aderem as práticas de mediação, demonstram apoio e procuram ter relações interpessoais mais pacíficas?

M-Com Certeza, Eles dão atenção a esse novo modelo. Até porque eles são beneficiados, em outro momento eles seriam expulsos, seriam suspensos, aí a gente procura trazer que isso não é que agora a escola não tem mais moral, porque quem está de fora pensa assim, os outros alunos, questionamentos surgem, alguns como: sabe o que foi que aconteceu com fulano? Não aconteceu nada? Foi para lá e só conversou? Então a gente está nesse processo de explicar, que não foi banalizado o que é feito de ofensivo na escola, mas tudo que for feito vai ser responsabilizado. O que ele fizer, o que você fizer é responsabilizado mas de uma outra forma, não há punição mas há uma responsabilização.

Outro ponto de bastante relevância para o avanço das práticas de mediação é que esta deve ser pauta da comunidade escolar, onde todos se apropriem dos conceitos, formulações e práticas.

Entendemos que, sem dúvidas, a escola deve ser protagonista neste processo, e a gestão é imprescindível para expansão destes preceitos, posto que é por sua administração que são viabilizados. A pedagoga da Tdh, assegura que

todas as escolas tem o mesmo tempo de implementação, mas as práticas dependem do processo de cada escola, uma das lições que a gente já apendeu aqui é que quando a gestão também se apropria da proposta, os avanços são bem mais significativos, depende muito do contexto da escola.

Na Tdh temos um técnico de referência pra cada uma dessas escolas, eles vão para as instituições uma ou duas vezes por semana, com o objetivo de fortalecer os profissionais da comunidade escolar para se apropriarem da técnica, e em um outro momento a Tdh sair e a prática já estar estabelecida lá.(PEDAGOGIA - TDH)

Após percorrer tais suportes teórico-práticos, é de suma importância que diante de tais modificações na conduta escolar, há evidências nas falas dos entrevistados que levam a crer que houve diminuição da violência entre os alunos. Por meio da metodologia algo muito maior e complexo está sendo empreendido, ou seja, a reversão de comportamentos hostis em ações reflexivas, autônomas onde todos tem voz e sensibilidade para reconhecer o outro, não como seu oponente mas como partícipe de um mesmo espaço. Evidente nas falas da professora mediadora e do aluno, quando perguntados sobre a diminuição da violência na

escola.

P- Na sua opinião há diminuição da violência entre os alunos?

M- Sim, tem diminuído. Inclusive a questão da suspensão, a gente tem diminuído essa questão de suspender, tem sido vivenciado mais a paz, a conversa, o diálogo, a escuta, o respeito, acredito que tem melhorado. *[sic]*

E o aluno complementou após uma última pergunta:

P-Você acha que a escola é menos violenta depois disso?

A- É sim, menos violenta, depois que chegou a sala de mediação de conflitos, tem diminuído.

A mediação de conflitos na escola é um meio de traçar novos relacionamentos consigo, com o outro e com o ambiente, o que está em pauta não é uma técnica, mas a mudança no comportamento de atores sociais, e a consequência disso aponta para uma cultura de paz que carrega em si princípios e valores imprescindíveis para um bom relacionamento humano, como solidariedade, cooperação, diálogo, não-violência, justiça, democracia e respeito aos direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado possibilitou uma análise mais apurada do contexto escolar e das relações sociais tecidas neste local, bem como ressaltou um problema recorrente, ou seja, a violência entre alunos. Mostra caminhos para a superação/prevenção de atos hostis por meio da inserção de elementos, como a mediação de conflitos, componente de nova perspectiva de educação, o educar para a paz, em que valores são vivenciados, e construídos coletivamente por meio de resolução pacífica de conflitos, reflexões apuradas sobre os direitos humanos, desenvolvimento, galgando atravessar uma cultura violenta para uma cultura de paz.

A pesquisa de campo permitiu que dados mais apurados fossem considerados, a fala das pessoas que compõem a comunidade escolar, como o gestor, professor e aluno, assim como da representante da Ong responsável pela implementação das práticas restaurativas na escola, foram essenciais para uma melhor compreensão dos efeitos positivos que a mediação escolar traz à instituição de ensino.

Fica claro que há uma nova perspectiva sobre o conflito, e uma mudança de comportamento frente à situações hostis na escola, buscando-se reelaborar as condutas no sentido de uma cultura de paz, na vivência de valores como a cooperação, diálogo e solidariedade.

A partir da experiência vivida na escola Santo Amaro fica esclarecido nos depoimentos dos partícipes da pesquisa, como dito anteriormente, o contentamento com a prática da mediação escolar, ressaltamos uma mudança de conduta dos alunos frente aos conflitos manifestos na escola, desde que procuram a sala de mediação como subsídio e apoio na resolução destes, o número de registros no livro de ocorrência da escola envolvendo violência tem decrescido.

Professores, funcionários e núcleo gestor têm trabalhado na direção de uma escuta qualificada quanto ao aluno em situação de conflito, contando com a construção de círculos de diálogo nas salas de aula. Essas ações têm surtido efeito positivo na construção de uma cultura de paz na escola, refutando toda e qualquer situação de violência.

Ressaltamos que ainda existem desafios a serem ultrapassados, como o preconceito e desconhecimento da técnica, mas que as ações desenvolvidas pela *Terre des hommes* se revelam com essenciais na mudança de paradigma, a comunidade escolar transfere a implementação da mediação como um marco propulsor para diminuição da violência, logo muitos casos envolvendo situações hostis tem sido resolvidos.

Verificou-se que a hipótese inicial, ou seja a mediação como possível caminho prevenção da violência foi confirmada, tanto pelos relatos de experiência, como pelos registros no livro de ocorrências da escola, posto que os alunos são ouvidos qualificadamente, para que sejam apontadas soluções para os problemas manifestos na convivência escolar, sem que hajam punições, como expulsões, transferências, suspensões, mas sim a responsabilização de todos pelos seus atos, e que isto paulatinamente tem agregado novas habilidades de resolução de conflitos, e se colocar frente as diferenças, bem como a vivência de valores que convergem à uma cultura de paz.

A violência na escola pode sim ser enfrentada e mediada mas para que a cultura de paz seja realmente firmada é preciso superar a violência em todas as esferas da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sinara Mota Neves de. **Avaliação das concepções de violência no espaço escolar e a mediação de conflitos**. 2009. 189 f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2009.
- ALVES, Renato; CUBAS, Viviane de Oliveira; RUOTTI, Caren. **Violência na Escola: um guia para pais e professores**. –São Paulo: Andhep: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 2006.
- ANDRADE, Gustavo Henrique Baptista. **A mediação e os meios alternativos de resolução de conflitos**. Revista Fórum de Direito Civil – RFD, Belo Horizonte, ano 3, n. 5, p. 93108, jan./abr.
- _____. **Mediação familiar: princípio, meio e fim para a pacificação de conflitos** / Gustavo Henrique Baptista Andrade. Recife: O Autor, 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco. CCJ. Direito, 2010.
- BAUMAN, Zigmunt. **Amor Líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2004.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.
- CALMON, Petrônio. Fundamentos da mediação e da conciliação. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- CHABELL, Corinna. **Mediação Escolar de Pares: semeando a paz entre os jovens**. São Paulo: WHH, 2002.
- CHARLOT, Bernard. **A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão**. Sociologia, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos – ONU, 1948.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- FERREIRA, Tamires Becker. O princípio da solidariedade e a mediação comunitária como efetivadores da garantia fundamental do acesso à justiça. In: SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo (Orgs). **Mediação enquanto política pública: o conflito, a crise da jurisdição e as práticas mediativas**. 1.ed. - Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.
- JARES, Xésus R. **Educação para paz: sua teoria e sua prática**. 2^a edição rev. e ampl.-Porto Alegre: Artmed, 2002.
- _____. **Educar para paz em tempos difíceis**; tradução de Elizabete de Moraes Santana.- São Paulo: Palas Athena, 2007.
- _____. **Pedagogia da Convivência**; tradução: Elizabete de Moraes Santana. São Paulo: Palas Athena, 2008.

GALTUNG, J. **Cultural violence**. *Journal of Peace Research*. Manoa, v.27, n.3, p.291-305, ago.1990. Tradução: Thomas Conti. Disponível em <<http://thomasconti.blog.br/2016/os-conceitos-de-violencia-direta-estrutural-e-cultural/>> \ acesso em 10 de dezembro de 2016.

JONES, T. S. (2004). **Conflict resolution education: the field, the findings, and the future**. *Conflict Resolution Quarterly*, 22, 233-267.

LEIVAS, Cláudio Cogo. Ética e Violência. In. **Manual de ética: questões de ética teórica e aplicada**. João Carlos Brum Torres (org). Petrópolis, RJ: Vozes; Caxias do Sul, RS: Universidade de Caxias do Sul; Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de; VIEIRA, Sofia Lerche. **Pesquisa Educacional: o prazer de conhecer**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, UECE, 2001.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de. **Cultura de paz, educação e espiritualidade II** (org). Fortaleza: Imprece, Eduece, 2015.

MOORE, Christopher W. **O Processo de Mediação**. 2^a. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

NETO, Aramis Antônio Lopes. **Bullying: saber identificar e como prevenir**. – São Paulo: Brasiliense, 2011.

PAZ. In: Dicionário Michaelis. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Melhoramentos, 2015. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>> Acesso em 29 de Dezembro de 2016.

SALES, Lília Maia de Moraes. **A mediação de conflitos**. Mudança de Paradigmas, 2008. Disponível em <<http://www.cbmae.org.br/n/artigo/a-mediacao-de-conflitos-mudanca-de-paradigmas>> acesso em 24 de out. 2016

_____. **Justiça e mediação de conflitos**. Belo Horizonte: Del Rey. 2004.

SANTOS, Alex Kniphoff dos. Mediação: da teoria à prática. In: SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo (Orgs). **Mediação enquanto política pública: o conflito, a crise da jurisdição e as práticas mediativas**. 1.ed. - Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

SCHNITMAN, D. F.; LITTLEJOHN S. (Orgs.) **Novos paradigmas da mediação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SILVA, Ana Beatriz B. **Bullying: mentes perigosas nas escolas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

VEZZULA, J. C. **Mediação, teoria e prática: guia para utilizadores e profissionais**. Porto: Ministério da Justiça de Portugal, 2005.

